

PETER EVANS**

Será Possível uma Globalização Alternativa?*

Resumo:

Baseando-se no conceito de “duplo-movimento”, de Polanyi, que mostra como a sociedade defende-se da dominação do mercado auto regulado, este artigo formula alguns dos obstáculos organizacionais e ideológicos que o atual “movimento dos movimentos” deverá superar para enfrentar a hegemonia da globalização neoliberal. Depois de expor as deficiências do neoliberalismo, faz a defesa da possibilidade de uma “globalização contra-hegemônica”, definida como um projeto de transformação globalmente organizado visando substituir o atual regime global dominante por outro que enfatize o controle político democrático e torne prioritários o desenvolvimento igualitário das capacidades humanas e a sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: *globalização; movimentos sociais; redes transnacionais; neoliberalismo; Karl Polanyi.*

Abstract:

Building on Polanyi’s concept of the “double-movement” through which society defends itself against domination by the self-regulating market, this article sets out some key organizational and ideological hurdles that the contemporary “movement of movements” must surmount to challenge the hegemony of neo-liberal globalization. After outlining neo-liberalism’s failures, it makes an argument for the possibility of “counter-hegemonic globalization,” defined as a globally organized project of transformation aimed at replacing the dominant (hegemonic) global regime with one that maximizes democratic political control and makes the equitable development of human capabilities and environmental stewardship its priorities.

Keywords: *globalization; social movements; transnational networks; neo-liberalism; Karl Polanyi.*

* Publicado originalmente em POLITICS & SOCIETY, Vol. 36 No. 2, June 2008 - 271-305 Sage Publications; tradução de Mauro Sá Rego Costa e Silvia Pimenta Velloso Rocha.

Em 2007, Steve Lerner, diretor da Divisão de Manutenção Predial¹ do Sindicato Internacional de Trabalhadores em Serviços, formulou uma proposta audaciosa: a criação de um sindicato globalizado que organizasse as vinte e quatro principais empresas multinacionais de manutenção predial, nas vinte cidades em todo o mundo em que seus lucros são mais criticados.ⁱ “Ao contrário da voz corrente”, dizia ele, “a expansão de corporações multinacionais e a crescente concentração do capital criaram as condições para por a globalização de pernas para o ar...”

ii

Com esta proposta, Lerner unia-se a um grupo variado de ativistas transnacionais, que incluía de militantes dos direitos humanos a feministas e ambientalistas. Desde a “batalha de Seattle”, em 1999, os movimentos sociais transnacionais ganharam visibilidade tanto na mídia em geral quanto nas pesquisas em ciências sociais.ⁱⁱⁱ

Mas, mesmo se envolvesse um movimento de trabalhadores organizados globalmente, a união destes movimentos seria capaz “de pôr a globalização de pernas para o ar”? Ou esses movimentos não passam de um interessante epifenômeno sócio-cultural, útil talvez para chamar atenção para os excessos da globalização neoliberal, mas incapaz de gerar o tipo de poder político que implicaria em mudanças reais na estrutura do poder econômico e político a nível global?

É mais fácil perceber a persistência obstinada do capitalismo global que argumentar em torno da possibilidade de transformações progressistas. A persistência é sempre mais aparente e razões para rejeitá-la só surgem a posteriori. Explorar as condições sob as quais as transformações possam superar esta persistência deve ser parte da análise das trajetórias futuras.

INTRODUÇÃO

Quero propor a defesa da possibilidade de uma “globalização contra-hegemônica” como projeto de transformação que visa a substituição do regime global dominante por outro que maximize o controle político democrático, priorizando o desenvolvimento igualitário das capacidades humanas e a sustentabilidade ambiental. Começo com a premissa básica de Karl Polanyi de que nenhuma ordem sócio-política que dê prioridade ao mercado auto-regulado é sustentável.^{iv} O argumento inicial é que a globalização neoliberal, apesar das violações óbvias da prática dos “princípios do livre mercado”, ainda está submetida à tese de Polanyi. Assim, a ordem dominante atual, tão poderosa quanto possa parecer, é insustentável. Ela é, por um lado, incapaz de proteger a sociedade e a natureza; e por outro, incapaz de proteger o capital do caos potencial de seus próprios mercados. Ela está se tornando mesmo impeditiva da tarefa smithiana do uso eficiente do capital humano e cognitivo para maximizar os ganhos materiais. Meu segundo passo é propor a hipótese otimista de que movimentos por maior proteção social devem ser incluídos entre os competidores viáveis na formulação do que sucederá à globalização neoliberal. Seguindo a idéia de Lerner, proponho que a

¹ (N.do T) Reúne Pessoal de Serviços de Manutenção – Limpeza, Segurança, etc - dos edifícios urbanos, neste Sindicato Internacional.

globalização neoliberal criou uma série de condições sócio-culturais, ideológicas, organizacionais e mesmo econômicas que fortalecem o potencial de uma globalização contra-hegemônica.

Para esclarecer este ponto, vou especificar algumas das condições políticas, organizacionais e ideológicas que este conjunto de movimentos deveria alcançar para ter alguma chance nesta direção. Exemplifico algumas das práticas atuais consistentes com estas condições. A análise é otimista, mas o caráter condicional deste otimismo é crucial. As estruturas organizacionais e formulações ideológicas necessárias ainda são possibilidades bastante hipotéticas, parcialmente preenchidas, mas nunca completamente realizadas pelos movimentos. Para sublinhar esta condicionalidade, vou explorar igualmente atores e cenários, tanto ou mais plausíveis, que impulsionariam a ordem mundial atual para trajetórias diferentes e menos esperançosas.

Teoricamente, meus argumentos seguem Polanyi.^v A reformulação particular que Polanyi fez da teoria de transformação social de Marx tem ressonância especial na era neoliberal contemporânea (apesar de seu irritante “organicismo” e das versões vagas de causalidade política que este “organicismo” permite). Primeiramente, a insistência de Polanyi de que o problema não é simplesmente a avidez competitiva dos capitalistas em busca do lucro máximo, mas a básica falência do mercado como fundamento institucional para a organização social, antecipa, com bastante precisão, as críticas atuais ao neoliberalismo global. Em seguida, sua visão dos contra-movimentos engendrados pelas falhas do mercado auto-regulado oferece um ponto de partida heurísticamente poderoso para a análise dos movimentos globais contemporâneos. O “otimismo neo-Polanyiano” é um ponto de partida natural para qualquer interessado na globalização contra-hegemônica. No “duplo movimento” de Polanyi, os esforços para sustentar o mercado auto-regulado despertam uma reação espontânea. A ameaça à sociedade gera imediatamente movimentos por proteção social. Os “movimentos por proteção social”, para Polanyi, eram um conjunto amorfo de interesses sociais que iam desde os trabalhadores radicais a proprietários de terras conservadores.^{vi} Iniciados com a luta por interesses de setores particulares, seu impacto político dependia de sua habilidade em transcender objetivos particulares e representar a “amplitude e variedade” dos interesses sociais em proteger a sociedade e a natureza das devastações promovidas pelo domínio descontrolado do mercado auto-regulado.^{vii} Em síntese, a proposta de Polanyi antecipa a reunião dos movimentos postulada pela globalização contra-hegemônica.

Há, no entanto, uma diferença chave entre o momento de oposição no duplo movimento de Polanyi e a idéia da globalização contra-hegemônica. Sua análise da ascensão do mercado era enfaticamente global, mas os movimentos por maior proteção social que ele descreve eram um leque bastante desarticulado de movimentos nacionais, cada um com objetivos e estratégias determinados pelo lugar que cada nação ocupava no mercado global. As sociedades que procuravam se proteger eram sociedades nacionais. Encarando ameaças semelhantes, as respostas nacionais compartilhavam alguns elementos centrais, mas não havia nenhuma organização transnacional efetiva. Foi, precisamente, a inabilidade dos movimentos por proteção social, descritos por Polanyi, em organizar-se num grau proporcional à escala do sistema que pretendiam enfrentar que levou o mundo à Grande Depressão e a duas guerras mundiais. Apesar do sucesso eventual dos movimentos que geraram os estados do bem-estar keynesianos nas sociedades nacionais mais privilegiadas, eles foram incapazes de reformar as características básicas da economia política global.

Polanyi não enfatiza este ponto em sua análise da grande transformação. Assumindo que os líderes políticos do mundo “aprenderam sua lição”, ele parece concluir que a busca espontânea de sociedades individuais em reintegrar o mercado na sociedade receberia apoio das novas formas de organização internacional. Isso pode ter parecido razoável em 1944. Como indica a análise de Ruggie do “liberalismo integrado” e do sucesso relativo da “época de ouro do capitalismo” no pós-Segunda Guerra^{viii}, os movimentos nacionais por maior proteção social no Norte industrial, combinados com formas rudimentares de governança internacional, funcionaram, para uma parte do mundo, por quase uma geração.

Ao final do milênio, a liderança política mundial já havia desaprendido as lições da primeira metade do século XX. Pressões das bases da sociedade eram insuficientes para fazê-la mudar de direção. Movimentos por proteção social operando em nível nacional, associados a instituições rudimentares de governança global, em meados do século XX, eram ainda menos capazes para reprimir o domínio global do mercado auto-regulado do que haviam sido no início do século.

Observando esta trajetória, é fácil chegar a conclusões pessimistas. Se os movimentos por proteção social não puderam prevenir o caos econômico e a catástrofe militar no primeiro terço do século passado, por que teriam sucesso no século XXI? Pode-se argumentar que, apesar das falhas do neoliberalismo, movimentos vitoriosos pela proteção social estão ainda mais longe de nosso alcance que há cem anos.

O “pessimismo estrutural” contemporâneo supõe que a globalização neoliberal não só limitou as esperanças de Polanyi de que as elites reconheceriam a necessidade de formas de governança internacional, mas também tornou impossível replicar movimentos por proteção social, mesmo a nível nacional. De fato, como observou Ruggie^{ix}, normas globais agora se impõem no que antes considerava-se como política interna, num grau muito superior ao do período original de ascensão do regime liberal global, diminuindo ainda mais a eficácia dos esforços simplesmente nacionais. Na visão estrutural pessimista, os estados-nação, aparentemente temerosos de serem punidos pelos mercados financeiros globais, operam como se a regra “não há alternativas” fosse verdadeira - reclamando estar de mãos atadas, no confronto com as demandas de seus cidadãos por mais proteção social. Na visão estrutural pessimista, se os movimentos por proteção social falham em suas fronteiras nacionais no esforço para contrariar os movimentos impostos pela ascensão do mercado auto-regulado, o neoliberalismo global impede sua ação mesmo a nível nacional.

Os “pessimistas estruturais” seguem uma postura padrão sobre a relação entre a globalização neoliberal e o que poderia ser chamado de “globalização genérica”. A “globalização genérica” é o encolhimento do espaço geográfico e a permeabilidade crescente de fronteiras físicas e políticas que se seguiram às transformações revolucionárias das tecnologias de informação e comunicação e às transformações nos transportes. Na compreensão do senso comum, a globalização genérica é a base da globalização neoliberal e não há outro cenário.^x

O neoliberalismo certamente utilizou os instrumentos fornecidos pela globalização genérica para construir um sistema global de dominação. Mas a globalização genérica e o sistema de dominação específico que fez uso dela no final do século XX não são alguma coisa simbiótica a longo prazo. A globalização genérica também pode ser encarada como um repertório de instrumentos e

recursos potencialmente disponíveis para um leque de projetos políticos, incluindo os mais progressistas. Utilizar este novo repertório de instrumentos e recursos como algo que pode ser apropriado por projetos alternativos é fundamental para a idéia da globalização contra-hegemônica.

Uma perspectiva de globalização contra-hegemônica encara os efeitos da globalização na vitalidade dos movimentos nacionais por proteção social de um ponto de vista exatamente oposto à do pessimismo estrutural. Ela não nega que a globalização neoliberal constrija os aparelhos de estado nacionais e torna mais difícil aos movimentos por proteção social contar com respostas dos governos nacionais. Mas ela aponta a simultânea expansão de possibilidades para superar os obstáculos nacionais através de uma organização a nível global. Se os movimentos por mais proteção social explorarem o repertório de instrumentos tecnológicos e os recursos sociais, culturais e organizacionais fornecidos pela globalização genérica, o “duplo movimento” polanyiano não será desconcertado pela importância crescente de organizar-se a nível global. O otimismo neo-polanyiano baseia-se na proposição de que a globalização genérica (e a globalização neoliberal) mudaram o mundo de maneira a permitir que os movimentos por proteção social contemporâneos organizem-se globalmente de uma forma que não poderiam alcançar cem anos atrás.

Como os “movimentos por proteção social” de Polanyi, a globalização contra-hegemônica é um processo. Minha análise terá como foco o processo de globalização contra-hegemônica e não a arquitetura institucional alternativa que poderá ser construída se esse processo tiver sucesso.^{xi} Esta escolha implica, pelo menos, em dois princípios sobre os processos de transformação. Como nenhum dos dois é proposto na análise de Polanyi, precisam ser explicitados aqui. O primeiro é de que os movimentos constroem seu poder político através da contestação, e que a constituição do poder político é o pré-requisito principal para a construção de instituições alternativas. O segundo, que a contestação cria oportunidades para os movimentos experimentarem novas práticas prefigurando a gestão democrática de questões coletivas, e isto é central para qualquer arquitetura institucional alternativa.

Explicar o lado negativo da argumentação de Polanyi é tão importante quanto explorar o aspecto da oposição no duplo movimento. Antes de analisar as formas nas quais a ordem global cria um ambiente propício para os movimentos de oposição, vale a pena descrever as falhas dos esforços atuais para impor “o ideal utópico do mercado auto-regulado”. A análise de Polanyi da falta de sustentabilidade de um regime que subordina a sociedade ao mercado parece mais verdadeira agora do que no período histórico em que ele a formulou.

OS IMPASSES DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

A estrutura atual do poder global ainda é melhor caracterizada como “neoliberalismo global” apesar da persistente imposição de regras e alocação de recursos baseados nos interesses políticos dos parceiros mais poderosos e da importância crescente de rivalidades neo-mercantilistas entre eles. Continua a ser um sistema em que a superioridade na posição no mercado é ideologicamente pressuposta pelas elites dominantes. Continua a ser um sistema em que os direitos do capital são o

fundamento mais importante do poder político e econômico. Continua, assim, a sofrer exatamente dos problemas que a análise de Polanyi nos levaria a esperar.

A Baronesa Thatcher não duvidava que todos seriam forçados a aceitar a proposta NHA - “não há alternativa” - para permitir que os mercados privados dominassem todas as outras formas de organização social. No final do século XX, sua confiança já parecia anacrônica. A vulnerabilidade ideológica do neoliberalismo era evidente. Estava sendo demolida em todas as perspectivas teóricas existentes. Ataques de intelectuais críticos do Norte^{xii} eram tão comuns quanto as críticas dos teóricos do Sul globalizado^{xiii}. Não surpreendia que a leitura marxista fizesse uma crítica bem fundamentada dos efeitos e perspectivas da ordem mundial neoliberal.^{xiv}

O mais perturbador para a perspectiva dos crentes da NHA era encontrar teóricos conservadores como John Gray falando das “ilusões do capitalismo global”^{xv} e um dos mais reconhecidos financistas globais escrevendo sobre a “ameaça capitalista”^{xvi}. E o mais prejudicial para a credibilidade do neoliberalismo, o trabalho de economistas proeminentes internacionalmente^{xvii}, profundamente críticos da teoria como das práticas da globalização neoliberal. A desilusão extensa em relação à globalização neoliberal provém, como Polanyi propunha, do fracasso da sociedade em fazer o mercado servir a fins sociais. Concretamente, este fracasso assume duas formas interligadas. A primeira é a impossibilidade de construir mecanismos sociais para fazer o que os mercados são inerentemente incapazes de fazer – proteger as pessoas e a natureza de riscos não-previstos e provocados pelo homem e que são tratados como “externalidades”. A segunda é a inabilidade de governar os mercados e disciplinar o capital para que os próprios capitalistas sejam protegidos do caos potencial de mercados não-regulados e sejam levados por pressão competitiva a fazer o seu papel smithiano de “revolucionar os meios de produção”.

O Fracasso em Dar Proteção Social e Distribuir Bens Coletivos

A natureza e os mercados geram riscos. A sociedade é racionalmente encarregada de mitigá-los. O neoliberalismo é congenitamente cego às necessidades de proteção social. Numa variedade de frentes, da atenção à saúde à regulamentação do emprego, os riscos, no final do século XX foram transferidos das corporações e dos governos para pessoas com capacidade bem menor para sustentá-los^{xviii}. Como estudiosos, de Polanyi a Chua^{xix}, o formularam, as conseqüências do fracasso em mitigar riscos e fornecer proteção social vão bem mais longe que os efeitos diretos e destrutivos sobre os indivíduos e as famílias. São a causa de efeitos corrosivos sobre as relações sociais e as comunidades – nas palavras de Polanyi, “aniquilando a substância natural e humana da sociedade”.^{xx}

O fracasso em relação à proteção social está ligado, por sua vez, à distribuição de bens coletivos, sempre pouco disponíveis nos sistemas baseados no mercado. A saúde pública é um caso arquetípico. Poderia ser considerada como um componente fundamental da proteção social, cujos elementos centrais deviam ser tratados como bens coletivos com repercussões positivas, ou pode ser considerada simplesmente como uma mercadoria. A segunda alternativa, associada a resultados inferiores com relação aos recursos despendidos, decorre naturalmente da lógica do neoliberalismo.

O controle do meio-ambiente é o bem coletivo arquetípico e ilustra bem como as conseqüências do fracasso em fornecer estes bens se ampliaram no período entre a crise do liberalismo do início do século XX e as traquinagens atuais do neoliberalismo. A natureza sempre foi o que Polanyi chamava de “uma mercadoria fictícia”. Enquanto a pegada humana no planeta tornava-se maior e mais pesada, as conseqüências de tratar a natureza como algo produzido para compra e venda - algo indefinidamente reproduzível - parecem potencialmente catastróficas. A idéia de que a atividade humana superasse a destruição da produtividade natural de regiões particulares para se tornar um efeito deletério sobre a habitabilidade do planeta como um todo pareceria uma fantasia nos anos 1900. Um século depois, esta ameaça é mais do que real, parece inevitável e exige iniciativas públicas heróicas.

O que é claro no caso dos bens coletivos ambientais também se aplica a outros bens coletivos. As repercussões do fracasso em fornecer infra-estrutura básica são diferentes num país em que a população está espalhada em bolsões agrícolas e em outro cuja população está concentrada em megacidades. A incapacidade em fornecer bens coletivos aos camponeses nigerianos em 1900 certamente diminuía seu bem-estar, mas a miséria e os deslocamentos sociais gerados pela incapacidade de prover serviços coletivos básicos a 15 milhões de habitantes de Lagos tem implicações globais de uma ordem de grandeza inteiramente diferente.

A evolução da economia e sociedade globais fizeram dos bens coletivos que os mercados não são capazes de fornecer alguma coisa central no bem estar humano. O mesmo processo de mudanças socioeconômicas tornou mais perigosas as “externalidades negativas”. Só a regulamentação social pode evitar que elas sejam geradas pelos mercados. Em síntese, o domínio descontrolado do mercado auto-regulado tornou-se significativamente mais ameaçador.

Garantindo Privilégios Monopolistas e Limitando os Frutos da Inovação

As rendas monopolistas protegidas politicamente estão no coração da lucratividade nos setores mais avançados da economia global neoliberal. A lucratividade para todos, do Big Pharma² e seus medicamentos patenteados à Microsoft e seu monopólio do Windows, depende da manutenção do controle monopolista sobre ativos intangíveis, o que só pode ser alcançado por meios políticos. Como aponta Block, “a influencia política de poderosas corporações com longa história” é um aspecto central da economia política neoliberal.^{xxi} As conexões entre o controle sobre decisões políticas relevantes e os retornos econômicos são tão íntimas para firmas capitalistas modernas como eram para os fazendeiros latino-americanos no século XIX.

² (N. do T.) *Big Pharma* é o título que se dá ao grupo dos 30 maiores conglomerados da indústria farmacêutica no mundo - que tem lucros acima dos US\$ 3 bi. anuais, e aplicam mais de US\$500 mi. em pesquisa e desenvolvimento. As sete maiores (com lucros de mais de US\$30 bi. anuais) são as americanas Johnson & Johnson e Pfizer, a alemã Bayer, a inglesa [GlaxoSmithKline](#), as suíças Novartis e [Hoffmann-La Roche](#) e a francesa Sanofi-Aventis. Entre as 30 maiores há também empresas japonesas, uma sueca, uma israelense, uma holandesa, uma belga e uma dinamarquesa. Catorze são americanas.

Como as idéias são o mais poderoso meio de produção na economia moderna, o poder de monopólios politicamente sustentados tem os mesmos efeitos anti-desenvolvimentistas que tinha o monopólio das terras sobre a economia agrária da época. No lugar de todo pesquisador ter acesso ao amplo espectro de fórmulas moleculares como gatilho para a criação de novos medicamentos, seu uso é estreitamente controlado pelas companhias que podem lucrar restringindo a inovação a variações que elas já conhecem. O que James Boyle chama de “movimento de incorporação secundária”^{xxii} – uma corrida por direitos monopolistas sobre qualquer coisa, desde plantas tropicais a acordes musicais que tenham potencial como ativos intangíveis lucrativos, continua bastante ativo. Ao mesmo tempo, exemplos como os dos *softwares* livres demonstram o potencial produtivo de formas alternativas de propriedade.^{xxiii}

Este sistema impõe um custo de longo prazo à sociedade global como um todo. Aqueles cujo único capital é o “capital humano” que trazem na cabeça são os mais óbvios perdedores. Com o seu acesso aos ativos produtivos intangíveis racionados para servir aos interesses daqueles que monopolizam estes ativos, tornam-se o equivalente atual dos agricultores cujo acesso à terra era racionado para preservar o poder dos senhores de terras. Naturalmente, o Sul é que sai perdendo. Os direitos de propriedade neoliberais e os padrões de consumo globalizados mantêm as rendas fluindo dos consumidores ao Sul às corporações ao Norte, enquanto só uma pequena fração do “capital humano” do Sul consegue ter algum retorno pelas idéias produtivas monopolizadas por estas mesmas corporações.

O problema não gera desvantagens somente ao Sul globalizado. Como aponta Block, os “monopólios duradouros” sobre tecnologias chave podem “amortecer gravemente o progresso tecnológico”, prejudicando a economia global como um todo. Mudanças nas regras que propiciariam um uso mais produtivo das idéias têm tanta chance de emergir das políticas do neoliberalismo global quanto propostas de reforma agrária surgiriam de um parlamento dominado por latifundiários. Quanto mais politicamente entrincheiradas se tornam as corporações do Norte, mais seus interesses atuarão como obstáculo ao progresso tecnológico, e mais amplamente os retornos de ativos intangíveis se concentrarão no Norte, às custas da parcela majoritária da população mundial concentrada no Sul.

O neoliberalismo globalizado impõe regras que protegem do mercado populações privilegiadas de uma forma que restringe o progresso tecnológico e reduz o potencial de produtividade mundial enquanto prega o mercado auto-regulado e impõe seus riscos e volatilidade aos mais pobres. Longe de maximizar a acumulação econômica, o neoliberalismo age como obstáculo às mais importantes “forças de produção” da atualidade – as idéias, o capital intelectual, o capital humano.

O foco do neoliberalismo globalizado em preservar o controle monopolístico da criação intelectual, cujo uso liberado multiplicaria nossa habilidade em satisfazer as necessidades humanas, articula-se diretamente com seu fracasso em prover proteção social. Isto é dramaticamente evidente no caso da epidemia de HIV/AIDS, detalhadamente apresentado por Klug.^{xxiv} Enquanto a indústria farmacêutica insistiu em lucrar com seu controle monopolístico das vítimas mais pobres da AIDS na África, o custo de tratamentos anti-retrovirais era de milhares de dólares anuais, por paciente. Assim

que a pressão política global e a produção de genéricos conseguiu vencer o confronto entre os direitos de monopólio e os direitos humanos, o equivalente a 98% dos custos desses medicamentos evaporaram.^{xxv}

As implicações são políticas tanto quanto econômicas e sociais. A hegemonia depende de uma combinação entre consentimento e coerção. Consentimento depende da habilidade de retratar a ordem dominante como servindo a objetivos universais. Se a dinâmica real da economia neoliberal gira em torno da proteção de rendas monopolísticas dos ativos produtivos principais, evitando a sua utilização mais eficaz, então a visão de Thomas Friedman^{xxvi} do neoliberalismo globalizado como o veículo mais eficiente para o crescimento do bem estar material global torna-se implausível; sendo mais difícil a obtenção do consentimento e mais possível a globalização contra-hegemônica.

Os Fracassos de Governança como o Calcanhar de Aquiles do Neoliberalismo

O menor desempenho econômico é um sintoma de um fracasso mais amplo da governança neoliberal. Os aparelhos de Estado, veículos tradicionais na imposição de agendas sociais, perderam sua capacidade de disciplinar as elites econômicas privadas, mesmo no sentido de forçá-las a encarar a disciplina da competição real do mercado. A lógica das rendas monopolísticas – focalizada agora em ativos financeiros e nos lucros de ativos intangíveis protegidos politicamente, não mais nas rendas de propriedades agrícolas politicamente protegidas – predomina sobre a “revolução nos meios de produção”. A expansão das possibilidades materiais (senão necessariamente do bem comum) fica em segundo plano em relação à acumulação de lucros. Esta inabilidade em impor disciplina coletiva às elites é exatamente a fraqueza que Skocpol denuncia como a que minou a ordem nacional dominada pelos senhores de terras nos séculos XVIII e XIX^{xxvii}, permitindo que fossem derrubadas ou pelo capitalismo industrial mais dinâmico ou por revoluções.

Ao assumir uma perspectiva global, mais que nacional, o problema se complica. A inabilidade do Estado em impor mesmo uma modesta disciplina coletiva sobre as elites econômicas privadas no nível nacional (sobretudo nos Estados Unidos) faz encolher o dinamismo produtivo, mas as instituições regulamentadoras mais fracas no nível global ameaçam os ativos do que Robinson e Sklair chamam de “a classe capitalista transnacional”.^{xxviii}

A fraqueza da governança global é considerada, em geral, mais perigosa no campo das finanças. Na medida em que empresários e administradores financeiros transnacionais aprenderam a tirar vantagens tanto da revolução na tecnologia da informação quanto das novas regras instituídas em resposta à ideologia neoliberal, os fluxos financeiros expandiram-se em múltiplos da expansão da produção e do comércio globais, e a frequência de “crises financeiras” internacionais expandiu-se proporcionalmente à magnitude destes fluxos financeiros. A capacidade do aparelho regulatório global continua a diminuir. O quanto o mundo esteve a ponto de replicar a destruição financeira que levou à Grande Depressão dos anos 30 é objeto de especulação, mas alguns analistas viram ecos próximos desse quadro na crise Asiática de 1997-98^{xxix}.

Mesmo os mais ardentes defensores do neoliberalismo globalizado reconhecem a disjunção entre o escopo do mercado e o escopo da autoridade política. As raízes da má governança vão além dela. A convicção ideológica genuína de que a regulação reduz a eficiência, combinada com o interesse de visão curta em lucrar às custas da ausência de governo, deixa as elites neoliberais incapazes de construir mesmo a ordem que necessitam para sua própria acumulação de capital a longo prazo.

A má vontade das elites do setor privado em ceder autoridade a estruturas de governo com as quais deve partilhar o poder político, e mesmo com outras elites que se apóiem em diferentes aparelhos de poder nacionais, exacerba sua inabilidade em construir uma verdadeira governança global. Isto, apesar dos membros mais sofisticados da elite econômica entenderem a necessidade de um regime econômico de governança global com que se possa contar para defender o valor de seus ativos financeiros e evitar o tipo de caos fiscal destrutivo dos ativos que tornou as coisas amargas no segundo terço do século XX.

Quando o fracasso em prover proteção social (e ecológica) aos cidadãos comuns combina-se com a criação de impedimentos políticos ao dinamismo econômico smithiano e o fracasso em construir a governança necessária para proteger os ativos dos próprios capitalistas, a desilusão generalizada com a globalização neoliberal não é nada misteriosa. O Neoliberalismo Não é uma Alternativa (NNA) agora soa mais razoável que o Não Há Alternativa (NHA).

A questão se torna então “Que outra espécie de regime global suplantará a ordem neoliberal globalizada?” Será seu sucessor uma globalização alternativa mais justa e humana? Ou um regime global ainda mais iníquo, injusto e ecologicamente insustentável seria um sucessor mais plausível?

FORMULANDO UM SUCESSOR À ORDEM NEOLIBERAL GLOBALIZADA

Um processo de globalização contra-hegemônica liderado por um movimento divergente, democraticamente organizado para restabelecer a proteção da sociedade e da natureza, é dificilmente a trajetória mais suscetível de suceder a atual ordem neoliberal. Duas outras trajetórias de mudança já estão dando forma a este processo: o declínio dos Estados Unidos da posição global hegemônica e o crescimento do que se pode chamar de “movimentos regressivos de proteção social”. Encarar o impacto potencial da globalização contra-hegemônica em relação a um futuro criado pela combinação destas duas tendências é um complemento necessário à análise dos efeitos dos fracassos do neoliberalismo.

A mudança da “hegemonia” em curso, definida em termos de estados-nação, já está mudando o futuro da globalização. Muitos vêem os fracassos da atual ordem neoliberal tendo como base o comportamento perverso dos Estados Unidos como potencia hegemônica. Se isto é verdade, então a mudança de hegemonia nacional poderia trazer uma solução, ou talvez tornar óbvia a necessidade da globalização contra-hegemônica? Ao mesmo tempo em que o balanço de poderes nacionais está se transformando, há, como a análise de Polanyi nos levaria a esperar, uma proliferação de “movimentos regressivos por proteção social”. Estes movimentos vêem a solução ao crescimento do

risco e dos deslocamentos sob o neoliberalismo em termos do resgate de valores supostamente primordiais, da reinstalação das hierarquias supostamente “tradicionais”, e forçosamente da exclusão daqueles que estão fora da definição de comunidade resultante. Enquanto mais suscetíveis de focalizar comunidades definidas a nível nacional, estes movimentos têm ambições globais e competem definitivamente com os movimentos que promovem a agenda mais inclusiva e radicalmente democrática da globalização contra-hegemônica.^{xxx} A combinação destas duas trajetórias pode bloquear a globalização contra-hegemônica.

O declínio da hegemonia dos EUA abre possibilidades positivas, primeiramente por abrir espaço de manobra para os estados-nação do Sul globalizado. Alguns dos que compartilham a agenda da globalização contra-hegemônica vêem os aparelhos estatais nacionais do Sul globalizado como tendo potencial para se tornar agentes mais eficazes e confiáveis que os movimentos transnacionais.^{xxxi} Se eles estão certos, a globalização contra-hegemônica seria, talvez, uma distração diante de batalhas políticas mais importantes.

Por outro lado, os movimentos regressivos por proteção social podem inviabilizar a globalização contra-hegemônica ao exercer um impulso poderoso sobre os eleitorados de oposição que seriam atraídos pelos movimentos progressistas. Eles podem também produzir respostas repressivas violentas das autoridades estabelecidas, reduzindo o espaço político para a organização democrática e as possibilidades para a globalização contra-hegemônica. Seu avanço pode ser visto como reforço poderoso ao pessimismo estrutural.

O Declínio Americano é uma Solução?

Numa visão polanyiana, o eixo da contestação é claro. Se a expansão irrefletida do mercado auto-regulado não for controlada, a volatilidade resultante, a inquietação e desordem sociais lançarão o mundo em horrores como aqueles experimentados na primeira metade do século XX. Justapor a globalização neoliberal e a globalização contra-hegemônica decorre desta perspectiva, mas há outras maneiras de pensar o mundo.

Para especialistas em relações internacionais, “hegemonia” significa algo bem diferente de como a pensava Gramsci^{xxxii}. Para eles, “hegemonia” refere-se à situação na qual um só estado-nação domina o sistema internacional de estados westphalianos. A forma da ordem global depende de como este estado “hegemônico” define seus interesses nacionais e se ele é capaz de fazer valer estes interesses. Nesta perspectiva, uma compreensão de como a ordem internacional contemporânea é disfuncional deve se iniciar com o papel do estado hegemônico – os Estados Unidos. Numa perspectiva “westphaliana/realista” não vivemos de modo algum num mundo neoliberal. Vivemos num mundo pseudo-liberal em que os estados poderosos, em geral, e os Estados Unidos, em particular, promovem políticas mercantilistas e imperialistas às custas tanto da racionalidade econômica quanto de uma ordem mundial igualitária. Estes regimes mercantis/imperialistas usam as instituições de governança global para subjugar as nações mais fracas no Sul globalizado, impedindo-as de desenvolver estratégias de desenvolvimento que aumentariam o bem-estar de seus cidadãos.

Se estratégias e ações dos estados-nação determinam o caráter do sistema como um todo, tornar a ordem internacional mais “multilateral”, diminuindo o poder do estado hegemônico diante das outras nações constituiria uma solução aos horrores atuais.^{xxxiii} A atração desta perspectiva é óbvia. É difícil negar que o “multilateralismo” seria uma melhora importante diante do “unilateralismo” irracional em que vivemos no presente. Expandir as possibilidades de deliberação democrática entre as nações é certamente um elemento em qualquer expansão democrática global. Qualquer declínio no poder desordenado dos Estados Unidos é atraente para as nações do Sul globalizado. Ressuscitar o poder dos estados do Sul para que eles tenham “espaço político” para promover um desenvolvimento “verdadeiro” é um ingrediente chave nesta visão. Walden Bello formula-o com precisão: “para nós, no Sul, um enfraquecimento significativo da hegemonia global dos Estados Unidos, como o que vem ocorrendo desde 2003, é um passo gigantesco para diante, pois dá a nossas sociedades mais espaço para respirar, maior liberdade de manobra.”^{xxxiv} Neste caso, o poder reduzido dos Estados Unidos está ligado a mais controle sobre as instituições de governança global, como nos argumentos de Bello pela “desglobalização”.^{xxxv} Na medida em que esse controle implique tornar a governança global mais genuinamente democrática, há aí uma sobreposição com a agenda da globalização contra-hegemônica. Para além disso, este “resgate do estado nacional desenvolvimentista” é uma palavra de ordem bastante problemática. Infelizmente, o retorno a projetos “nacionalistas” não lida com o fato de que a predominância do poder privado sobre as instituições públicas é um problema tão grande no plano nacional quanto no plano global. As elites econômicas privadas no Sul podem não estar inteiramente integradas na “classe capitalista transnacional” de Robinson e Sklair^{xxxvi}, mas a diferença entre sua agenda econômica e a do capital do Norte parece cada vez mais marginal e secundária. As elites econômicas privadas no Sul estão, em sua maioria, bastante felizes com o fato de seus governos promoverem políticas neoliberais, enquanto reclamam que estão “de mãos atadas” pelas leis impostas do exterior^{xxxvii}. Na falta desta cobertura externa, tais elites teriam que assumir maiores responsabilidades, mas com mais probabilidade, escolheriam as mesmas políticas. Com o apoio e as pressões dos movimentos sociais locais (idealmente reforçados por alianças globais), os estados do Sul podem se tornar atores progressistas potencialmente importantes, mas é difícil defender a idéia de que as “burguesias nacionais” e seus representantes políticos reformariam a globalização neoliberal.^{xxxviii}

Ao exagerar a dimensão em que as políticas nacionais regressivas no Sul globalizado são resultado da imposição de regras e políticas globais (em oposição a interesses compartilhados por elites locais e globais) o projeto de “ressuscitar o estado-nação” distrai a atenção sobre a necessidade de instituições públicas de governança global que são tanto mais poderosas quanto mais democráticas. Os estados no Sul necessitam de bens coletivos globais (como a estabilidade financeira, uma agenda de paz genuína e o controle do meio-ambiente) ainda mais que as nações do Norte. Isto requer o fortalecimento e a democratização da governança global. Enfraquecer ainda mais as instituições de governança global não vai resolver o equilíbrio de poder entre as instituições públicas e as elites privadas. Enfrentar a hegemonia dos Estados Unidos como nação-estado é inevitavelmente parte do enfrentamento do neoliberalismo, ou de qualquer luta por uma ordem internacional mais democrática. A hegemonia Americana amplia os efeitos negativos do neoliberalismo. Mas uma “mudança westphaliana” que transforme a distribuição relativa do poder entre os estados-nação sem atingir a predominância crescente do poder privado deverá deixar substancialmente intactas as

disfunções da globalização neoliberal. O mesmo se aplicaria aos prováveis efeitos da mudança da identidade nacional do poder hegemônico.

A substituição de uma hegemonia nacional – os Estados Unidos – por outra – a China – permitiria a emergência de uma “nova ordem mundial”, com um leque diverso de prioridades? Se observarmos as conseqüências da mudança de hegemonia da Inglaterra para os Estados Unidos ao longo do século XX, vemos que esta história não nos permite grandes expectativas.

Que diferença fez quando uma ex-colônia, com valores supostamente igualitários e progressistas substituiu os tradicionais poderes imperiais europeus no topo da ordem mundial após a Segunda Guerra Mundial? A solidariedade dos Estados Unidos com as colônias e ex-colônias foi, no máximo, retórica. Os Estados Unidos não só foram um promotor entusiástico da ordem mundial capitalista vigente, como também mostraram uma afinidade cultural particular com sua versão neoliberal.

No momento, a mudança em processo, da hegemonia dos Estados Unidos para a China, repõe a questão. Esta mudança de hegemonia transformaria o papel dos mercados globais e democratizaria a governança global? Arrighi parece ter esperança de que isso aconteça.^{xxxix} David Harvey^{xl} que vê a China pós-Dung Shao Ping como convertida ao neoliberalismo global, discorda enfaticamente. A participação crescente do capital (tanto estrangeiro quanto interno) orientado para a exportação, nos debates políticos atuais, na China, dá credibilidade à segunda opção, assim como os laços florescentes entre as instituições financeiras chinesas e o capital financeiro privado no Ocidente. A pouca importância que Harvey demonstra pela “diferença chinesa” e seu ceticismo diante da China como agente de políticas ou economias globalmente emancipatórias é plenamente justificado.

A hegemonia chinesa poderia ser um avanço diante da violência atávica perpetrada pela confiança norte-americana no poderio militar como meio de preservar sua hegemonia em queda, mas a posição resoluta da China na defesa de seus próprios interesses econômicos nacionais dificilmente traria soluções para os problemas gerados pelo neoliberalismo.^{xli} Nem mesmo Arrighi - que propõe uma abordagem positiva ao papel histórico e à dinâmica política atual da China - exclui a possibilidade de uma classe capitalista privada já ter “conseguido assumir o controle das camadas dirigentes da economia e sociedade chinesas”.^{xlii}

Teóricos realistas das relações internacionais não esperariam da mudança de identidade do poder hegemônico definida em termos nacionais qualquer enfrentamento da hegemonia definida em termos socioeconômicos gramscianos. Também não o faria Polanyi. Em síntese, embora o domínio dos Estados Unidos seja um aspecto central na atual trajetória da globalização neoliberal e responsável por algumas de suas idiosincrasias mais perversas, substituir os Estados Unidos é apenas um elemento para uma trajetória de mudança global democraticamente controlada. Diminuir as disparidades entre as nações é uma agenda oportuna, mas a não ser que o comportamento dos estados-nação seja ele mesmo contido domesticamente e globalmente por um “movimento dos movimentos” mais poderoso, eles continuarão basicamente agentes dos interesses das elites.

Olhar para o mundo de uma perspectiva westphaliana mais centrada nos estados não torna óbvia a necessidade de uma globalização contra-hegemônica. Um mundo mais multilateral seria uma

melhoria diante da hegemonia dos EUA, mas o poder crescente de outros estados-nação só será capaz de atentar contra os fracassos do neoliberalismo se isto ocorrer paralelamente à presença de movimentos sociais de oposição mais poderosos.

Movimentos Regressivos por Proteção Social

Uma plethora de “movimentos regressivos por proteção social” também tem um papel no desenho de um sucessor à globalização neoliberal.^{xliii} Polanyi nunca assumiu que os movimentos por proteção social gerados pelo fracasso do mercado auto-regulado tomariam necessariamente formas progressistas. Dada a centralidade do fascismo na paisagem do início do século XX, ele dificilmente o faria. Segundo Polanyi, o fascismo condensa todos os “movimentos regressivos”, mas a globalização neoliberal ajudou a estimular um repertório revitalizado de variações politicamente potentes dando poder irrestrito a máquinas autoritárias para escapar às conseqüências negativas do mercado.

Os “movimentos sociais existentes hoje” não se dividem em tipos ideais dicotômicos. No entanto, a oposição à ordem neoliberal hegemônica inclui movimentos com agendas antitéticas ao modelo da “globalização contra-hegemônica” como a formulei. Os movimentos regressivos por proteção social, segundo seu tipo ideal, tornam a participação de seus protegidos dependente de uma adesão inquestionada aos ditames dos líderes, que declaram o caráter absoluto de sua interpretação das virtudes tradicionais ou transcendentais. São movimentos que sancionam a desvalorização sem remorso daqueles presumidos como seguidores de posições divergentes. Eles confrontam a arrogância da ordem neoliberal com suas próprias certezas. Estes movimentos florescem quando tanto o bem-estar prometido pelos mercados, quanto a segurança supostamente garantida pelo estado, parecem longe de ser alcançados. Como propunha Polanyi, eles são estimulados tanto pela inferiorização cultural quanto pelas carências materiais. Polanyi assumia que a destruição dos modelos culturais de solidariedade e auto-estima era mais devastadora socialmente que a simples privação material^{xliv}. Faria sentido para ele que a dominação global e difusa de construtos culturais corporativos fundados em tradições específicas de umas poucas nações ocidentais de ponta gerariam fortes movimentos de oposição. Os mesmos processos que produzem movimentos sociais regressivos também podem ser fonte importante de movimentos progressistas. Identidades legitimadas pela conexão com heranças culturais e experiências compartilhadas de opressão étnica podem tornar-se agentes poderosos na construção de estratégias institucionais inovadoras, e a valorização de identidades culturais antes rebaixadas são um projeto positivo para a globalização contra-hegemônica.^{xlv}

Assim como há uma relação simbiótica entre a globalização genérica e a emergência de uma globalização contra-hegemônica, há, igualmente, uma relação simbiótica entre esforços intensificados de suprimir os que se opõem ao mercado e o crescimento de “movimentos regressivos por proteção social”. É, precisamente, sua habilidade em se alimentar do mesmo tipo de afrontas que geram o apoio à globalização contra-hegemônica que torna competitivos os movimentos regressivos. Uma vez empoderados, eles fecham todo o espaço político à deliberação democrática e impõem a idéia da proteção social “através do espelho” num mundo surreal em que a violência contra mesmo os mais fracos e desprivilegiados torna-se legítima, bastando que pareça confrontar a hegemonia da ordem global neoliberal.

Movimentos sociais regressivos podem gerar redes globais, mas uma agenda compartilhada, reunindo movimentos regressivos de diferentes origens nacionais e buscando constituir um sucessor à globalização neoliberal, é algo difícil de imaginar. O impacto desses movimentos sobre a evolução de uma nova ordem global, o mais provavelmente levará o neoliberalismo o mais longe de suas origens políticas “liberais” e estimulará o lado repressivo das estratégias de estados nacionais, tanto impelindo estes estados na direção da repressão doméstica quanto legitimando estratégias repressivas nos estados que eles ameaçam. Pensada em combinação com uma economia global desgovernada, principalmente na esfera financeira, a ordem global resultante se tornaria facilmente um pesadelo, que faria do neoliberalismo, visto em retrospectiva, quase uma “idade do ouro”. Infelizmente, mantendo-se a globalização neoliberal, mesmo que fosse politicamente possível, este quadro não reduziria o caráter deste pesadelo. Ao contrário, estender a vida do neoliberalismo é provavelmente a melhor maneira de acumular alimento político para os movimentos sociais regressivos.

Acompanhar o papel dos movimentos regressivos por proteção social acentua a importância da globalização contra-hegemônica. A não ser que os movimentos progressistas por proteção social tenham sucesso ao enfrentar as derrotas do neoliberalismo, os movimentos regressivos deverão contribuir para uma espiral declinante, em direção à repressão e a políticas anti-democráticas.

Tudo isto torna mais urgente a agenda de análise quanto aos meios e modos de tornar plausível uma trajetória em direção a uma globalização contra-hegemônica.

CONSTRUINDO UMA GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMONICA

Que obstáculos organizacionais e ideológicos devem ser superados para que um “movimento dos movimentos” contra-hegemônico possa delinear um regime global que derrote o neoliberalismo? Que condições deveriam ser preenchidas para promover o sucesso de um projeto de transformação diferente, democrático, globalmente organizado, voltado para maximizar o controle político democrático, o desenvolvimento igualitário de capacidades humanas e a responsabilidade ambiental? Que formas organizacionais, inovações ideológicas, alianças sociais e estratégias políticas devem ser construídas para atingir este objetivo? Ninguém conhece a resposta para estas questões, mas pode-se esboçar um desenho analítico aproximado. Quatro requisitos gerais parecem inevitáveis:

Em primeiro lugar, obviamente, movimentos contemporâneos de proteção social teriam que passar no teste em que os movimentos do início do século XX de Polanyi falharam. Eles teriam que efetivamente transcender não apenas as fronteiras nacionais mas também a divisão Norte-Sul.^{xlvi}

Em segundo lugar, os movimentos contemporâneos transnacionais devem ser capazes de se mover para além de “silos organizacionais” dedicados a questões singulares e interesses eleitorais particulares; devem compor com representações diversas sem perder a capacidade para ações políticas focadas. A importância desse requisito é uma das principais razões pelas quais a perspectiva de Polanyi sobre movimentos de proteção social é mais atraente do que os tradicionais referenciais

marxistas que privilegiam o papel de um “sujeito histórico” unitário definido em termos econômicos.^{xlvi}

Em terceiro lugar, a globalização contra-hegemônica deve ser capaz de integrar diferentes níveis e escalas de contestação. A combinação de local e global, infelizmente, tornou-se um clichê antes de tornar-se uma realidade prática, que permanece, no entanto, necessária. Menos frequentemente avaliada é em que medida a contestação focada em qualquer nível do estado nacional continua essencial em um processo de mudança global.

Em quarto lugar, a globalização contra-hegemônica deve ter a habilidade de propor um projeto que capture a imaginação coletiva. Na ausência de um imaginário que projete “algo radicalmente melhor pelo qual valha a pena lutar”^{xlvi}, até mesmo as estratégias mais efetivas de organização ou de aliança têm poucas chances de obter ganhos políticos. Cada um desses quatro requisitos merece uma elaboração analítica mais detalhada.

Ultrapassando Fronteiras

A tentativa de impedir o caos global, a compressão do espaço geográfico e a crescente permeabilidade das fronteiras políticas e sociais, associadas à “globalização genérica”, vieram para ficar. Se é este o caso, a organização em nível global é um aspecto chave de todo projeto de transformação. Do mesmo modo que os movimentos sociais do século XIX e os movimentos de liberação do século XX tiveram que se organizar em escala nacional para ser bem sucedidos^{xlvi}, os movimentos do século XXI precisam operar na escala em que as regras são estabelecidas e o poder econômico atua. Organizações no âmbito nacional e local continuam a ser importantes, do mesmo modo que os primeiros movimentos voltados para políticas nacionais precisavam basear-se em comunidades locais, mas a organização em escala global tornou-se uma necessidade do século XXI.¹

Se o projeto fosse estritamente negativo — derrubar a ordem estabelecida sem se preocupar com o que iria substituí-la — a organização em escala global não pareceria tão importante. Mas se o objetivo é a reconstrução, então essa escala se torna essencial. Se bens, informações, pessoas e cultura circulam nessas redes globais, a pretensão de atingir igualdade ou controle democrático sem uma organização numa escala comparável seria quixotesca.

Inicialmente, a idéia de ultrapassar as múltiplas fronteiras que separam movimentos ao redor do globo pode parecer ingênua. Um rápido experimento mental nos mostra o contrário. Uma simples comparação entre as dificuldades envolvidas na criação de movimentos nacionais no século XIX e aquelas envolvidas na criação de movimentos globais do século XXI nos dá suporte intuitivo para avaliar essa possibilidade. Se pudéssemos medir os obstáculos que se colocam para que os ativistas de São Paulo, Nova Delhi, Seul, ou mesmo Shenzhen se comuniquem entre si ou com seus correspondentes em Barcelona ou Seattle, estes seriam maiores do que as dificuldades de coordenar movimentos locais em Durham, Carlisle, Bristol e Norwich na Inglaterra do século XIX? Diria que não. Se as instâncias locais puderam se unir num movimento nacional para proteção social no século

XIX, por que descartar a capacidade dos movimentos contemporâneos de passar para uma escala global?

A proposição de Tilly^{li} de que a escala dos movimentos sociais é limitada pela escala de governo é um bom argumento contra a ultrapassagem de fronteiras, embora não definitivo. Se compararmos o grau em que a vida das comunidades era regulada pelos governos nacionais nos séculos XVIII e XIX com o grau em que a vida das comunidades contemporâneas é controlada por regras definidas em escala global, as instituições de administração global do século XXI parecem um alvo pelo menos tão atraente quanto seus equivalentes nacionais do século XIX.

Como sustenta Lerner, a organização política e econômica da globalização neoliberal inadvertidamente facilita o surgimento de movimentos de oposição que ultrapassem fronteiras. Do ponto de vista econômico, a proliferação de corporações transnacionais dá aos trabalhadores de uma vasta gama de países, alvos comuns. Do ponto de vista político, a imposição de padrões de conduta organizacional cria um solo comum para a oposição. O fato de terem como alvo corporações organizacionais da administração econômica global (como o FMI e o Banco Mundial) oferece oportunidades permanentes de reunir movimentos de múltiplas origens nacionais.

A possibilidade de movimentos transnacionais desempenharem um papel comparável ao dos movimentos sociais nacionalmente organizados do passado não pode ser refutada nem lógica nem teoricamente. Empiricamente, os últimos 30 anos oferecem uma cornucópia de exemplos de movimentos atuando efetivamente através de fronteiras nacionais e, o que é mais importante, através da divisão Norte-Sul. O movimento pelos Direitos Humanos ilustra perfeitamente o papel da ação trans-fronteiriça.^{lii} A organização global tem sido ainda uma característica do movimento ambiental.^{liii}

Os casos menos óbvios são ainda mais reveladores. Camponeses e pequenos agricultores são vistos como tipicamente paroquiais em suas ações políticas, mas seu movimento atual de organização transnacional social, *Vía Campesina*, é fortemente global e amplamente bem sucedido.^{liv} Como aponta Castells^{lv}, mesmo os movimentos comprometidos com a luta contra a dominação dos universalismos modernos acabam por recorrer a redes e a ideologias globais. A facilidade com que os Zapatistas usaram o poder comunicativo da Internet como parte de seu projeto de autonomia local é um caso exemplar.^{lvi}

O movimento dos trabalhadores é o caso mais interessante para testar argumentos estruturais contra a possibilidade de ultrapassar fronteiras nacionais e regionais, e é por isso que parti da visão de Lerner sobre o trabalho global. Quem tenta provar a impossibilidade de solidariedade transnacional recorre inicialmente a imagens de trabalhadores atingidos pela mobilidade do capital, digladiando-se devido à crescente concorrência mundial.

Esta imagem é anacrônica. A maior parte dos trabalhadores, tanto no Norte quanto no Sul, atuam no setor de serviços, o que requer que o “produto” seja oferecido em seu lugar de trabalho (saúde, educação, vendas e transportes). Nesses empregos, os principais obstáculos ao aumento de salários e à melhoria de condições de trabalho são as limitações políticas impostas à organização sindical local, e não a concorrência dos trabalhadores de outros países. Para aqueles que trabalham no

segmento público do setor de serviços, a ameaça disseminada é a imposição global de austeridade neoliberal, e não a “concorrência estrangeira”.

Mesmo no setor industrial, o fato de atuar em redes transnacionais de produção globalmente integradas (em lugar de empresas “nacionais” competindo com empresas “nacionais” de outros países) permite aos trabalhadores avaliar em que medida sua sorte é definida pela mesma estrutura de poder que domina trabalhadores de outras regiões. Conselhos de trabalhadores em âmbito mundial fornecem infra-estrutura organizacional que aproxima líderes sindicalistas do Norte e do Sul.^{lvii} Ao mesmo tempo, esforços para criar instituições transnacionais para o benefício do capital também contribuem para gerar a transnacionalização do trabalho. Por exemplo, acordos comerciais recentes (reais e potenciais) no Ocidente deslocaram uma divisão nacionalista do trabalho para uma instância regional compartilhada.^{lviii}

É certo que movimentos sociais atuais transcendem fronteiras nacionais e divisões regionais. Talvez isso ainda não ocorra num grau capaz de ameaçar a globalização neoliberal, mas parece improvável que essa barreira organizacional possa impedir a construção de uma globalização contra-hegemônica.

Articulando grupos de interesse diversos.

Uma das proposições centrais de Polanyi é que, já que o projeto utópico de um mercado auto-regulado ameaça a sociedade como um todo, o projeto de proteção social oferece o potencial de interligar grupos de interesse diversos. Para o “movimento dos movimentos” contemporâneo, a idéia de grupos de interesse diversos buscarem um conjunto comum de interesses gerais não é uma oportunidade estrutural garantida *a priori* (que é essencialmente como Polanyi a trata em sua análise). Trata-se de um objetivo estratégico, e mais ainda, um princípio político fundamental para aspirações democráticas radicais.

Boaventura de Souza Santos propõe que uma das características definidoras da globalização contra-hegemônica contemporânea é que ela “rejeita o conceito de um sujeito histórico e não prioriza nenhum ator social específico.” Della Porta et al.^{lix} recorrem a pesquisas de opinião com participantes europeus do movimento de justiça global para provar o mesmo aspecto. Eles concluem que as “identidades fortes, totalizantes e exclusivistas” dos movimentos tradicionais estão sendo substituídas por “identidades múltiplas e em camadas”, que combinam gênero, raça, geração, classe e religião, criando uma “identidade multifacetada e tolerante” entre os ativistas.

O desafio conceitual colocado por essa forma de atuação política que privilegia a diversidade é, como afirma Chandra Mohanty, “ver como especificar as diferenças nos permite teorizar as questões universais de modo mais completo”.^{lx} O desafio prático é traduzir a combinação do respeito à diferença e a busca de questões universais em estruturas organizacionais concretas e alianças políticas.

Em termos organizacionais, a articulação entre os interesses diversos dos grupos continua a ser uma característica central da política de oposição global. Tanto o movimento trabalhista quanto o

feminista recorreram ao discurso e às estratégias do movimento pelos direitos humanos. “Direitos dos trabalhadores são direitos humanos” tornou-se um tema organizacional importante do movimento trabalhista.^{lxi} A interseção do movimento feminista com o movimento pelos direitos humanos foi durante certo tempo fundamental.^{lxii} Como ilustra a “Guerra da água” de Cochabamba,^{lxiii} a interseção das lutas de base comunitária com o movimento dos trabalhadores é mais importante do que nunca.^{lxiv} Ao mesmo tempo, a feminização da força de trabalho torna as mulheres uma vanguarda natural para a expansão do movimento dos trabalhadores, e simultaneamente, torna as questões trabalhistas centrais para o movimento feminista.

Mesmo nos casos de um suposto antagonismo geral entre movimentos, a análise da lógica do conflito freqüentemente remete a circunstâncias atípicas e ignora contra-exemplos de cooperação. As relações entre o movimento trabalhista e os ativistas ambientais, por exemplo — comumente apresentadas na mídia convencional como conflituosas — revela-se de fato mais promissora quando examinada com cuidado empírico. “Teamsters and turtles”³, em Seattle (1999) é o exemplo icônico, mas há outros, como a Hemispheric Social Alliance⁴ ou a atual “Blue-Green Alliance,”⁵ que reúne trabalhadores do aço e o Sierra Club.^{lxv}

A complexidade de organizar simultaneamente uma multiplicidade de grupos de interesse parece da forma mais evidente no Fórum Social Mundial (FSM).^{lxvi} Santos sustenta que “o FSM pode ser considerado hoje, em termos organizacionais, a mais consistente manifestação de globalização contra-hegemônica.”^{lxvii} Hardt e Negri parecem estar de acordo.^{lxviii} No entanto, a caracterização que Hardt faz do FSM como “indescritível, caótico e dispersivo”^{lxix} coloca em questão se os requisitos organizacionais para manter a versão de diversidade democrática proposta pelo FSM são consistentes com os requisitos para enfrentar uma batalha política efetiva contra a combinação inextricável de países e corporações que sustenta a globalização neo-liberal. Alguns veteranos do FSM, como Walden Bello, tornaram-se céticos.

Esse debate é parte de um debate mais geral entre aqueles que, como Castells^{lxx}, vêem as redes como formas incontestavelmente superiores de organização contemporânea e aqueles, incluindo a “esquerda tradicional,” que continuam a valorizar a capacidade das estruturas tradicionais arborescentes, características das organizações modernas, como partidos, exércitos ou corporações. Hardt e Negri advogam uma “estrutura de redes não hierárquica e descentrada”^{lxxi} que eles denominam, seguindo Deleuze e Guattari, de “rizoma.”^{lxxii} “Rizomático” é uma descrição adequada para muitos laços entre movimentos sociais transnacionais, entre organizações locais geograficamente

³ (N.doT) “Teamsters and Turtles” (Peões e Tartarugas) tornou-se um grito de protesto que uniu trabalhadores e ambientalistas, advogados contra a pobreza mundial e pacifistas, durante as manifestações de Seattle, em novembro de 1999, contra a reunião da Organização Mundial do Comércio que pretendia votar novos princípios para uma estrutura de poder econômico global.

⁴ (N.doT) A Aliança Social Continental nasceu em 1997 durante o Fórum *Our Americas*, em Belo Horizonte, que, paralelo ao encontro dos Ministros de Comércio do Hemisfério e do *Americas Business Forum*, reuniu 700 ativistas da sociedade civil das três Américas no propósito de organizar um movimento transnacional, contra o atual modelo econômico e de controle corporativo.

⁵ (N.doT) Blue-Green Alliance, a Aliança entre o Sierra Club, maior organização ambientalista americana (com 750.000 membros) e a United Steelworkers, central sindical dos trabalhadores em siderurgia (850.000 membros), assinada em junho de 2006, pela luta por uma legislação de proteção ambiental e apoio ao protocolo de Kyoto.

distantes dentro dos movimentos. Apesar disto, tanto movimentos sociais transnacionais quanto organizações locais dependem de uma coordenação que ramifique sua autoridade a partir de centros de decisão definidos claramente. “Árvores” podem ser agora complementadas mais explicitamente por “rizomas,” mas ainda não foram descartadas.

Uma organização da globalização contra-hegemônica irá quase certamente combinar redes “rizomáticas” com “árvores” tradicionais. (Afinal, o neo-liberalismo está organizado em torno de uma combinação de redes rizomáticas, reunindo membros de uma elite em combinação com as árvores tradicionais que dominam tanto países quanto corporações^{lxxiii}) Encontrar o amálgama de “rizomas” e “árvores” que melhor preserve a diversidade democrática e permita a articulação de múltiplos grupos de interesse, ao mesmo tempo em que gere capacidade de luta política, é um desafio ainda mais central do que ultrapassar fronteiras nacionais e regionais.

Institucionalizando a Contestação em Múltiplos Níveis

Nenhum movimento poderia gerar um sucessor à globalização neoliberal se estivesse organizado apenas no âmbito global. Do mesmo modo que a mobilização local era a chave do sucesso nacional para os movimentos de proteção social de Polanyi, a maior parte das ações de um movimento dos movimentos globalmente organizado ainda pressupõe tanto as mobilizações locais quanto as nacionais. Como enfatizou Tarrow, ativistas transnacionais sempre foram “cosmopolitas arraigados”, cujos esforços se baseiam em redes e experiências locais.^{lxxiv} Ao mesmo tempo, alianças globais tornaram-se uma arma essencial no repertório de ativistas locais.

Os efeitos mais importantes dos movimentos sociais, tanto locais quanto globais, podem ser aqueles mediados por estados nacionais. Estes continuam a ser atores cruciais para delinear o regime global e as pressões políticas geradas por movimentos sociais são fundamentais para delinear respostas às coerções neoliberais. Para que a globalização contra-hegemônica possa ocorrer, é preciso enfrentar a complexidade da contestação em múltiplos níveis, assim como os desafios de ultrapassar fronteiras e combinar a diversidade democrática com a efetiva contestação do poder.

A utilidade mais imediata do vínculo global-local pode ser não tanto a mudança de estruturas globais de poder quanto a possibilidade de potencializar lutas locais de grupos desprivilegiados.^{lxxv} As elites locais frequentemente se apegam às injustiças que garantem seus privilégios com uma inflexibilidade ainda mais desesperada do que seus equivalentes cosmopolitas. De ativistas camponeses como Chico Mendes, no Brasil,^{lxxvi} às vítimas da violência doméstica na Guatemala,^{lxxvii} lutas nas quais o equilíbrio de poder é desesperadamente assimétrico podem ganhar vida nova atraindo recursos de fora da arena local.

Embora elites opressoras locais possam eventualmente operar em seu próprio nome, conexões íntimas entre lutas locais e estruturas globais de poder são a regra. A privatização de sistemas hídricos locais nos dá uma boa ilustração.^{lxxviii} A pressão pela privatização na esfera local propicia a interação entre as instâncias decisórias do Norte, e administradores corporativos em fóruns globais como o Conselho Mundial da Água. Essas pressões são então canalizadas através de governos nacionais

ansiosos para atrair doadores do Norte e investimentos privados. As eventuais conseqüências são sentidas na esfera local.

A resistência à privatização depende também de um processo em múltiplos níveis. Quando a privatização acaba por sacrificar o fornecimento local de água em prol do lucro global, como freqüentemente ocorre, o resultado é a contestação local. Até que surja uma reação local, não há lugar para aliados transnacionais, mas uma vez que isso ocorra, os atores locais ficam impotentes sem tais aliados. Além disso, alianças globais, incluindo tanto federações sindicais globais quanto ONGs transnacionais, foram essenciais para contrabalançar a hegemonia dos argumentos para a privatização da água em âmbito global.

As redes de produção criadas pelas corporações transnacionais são um outro caso no qual as estruturas de poder globais e a opressão local estão intimamente conectadas, gerando redes global-locais de ativistas. Campanhas que unem militâncias locais no Sul com uma rede global de ativistas tornaram-se centrais nas lutas pelos direitos dos trabalhadores nas indústrias manufatureiras de trabalho intensivo.

Numa análise detalhada de um exemplo icônico, Hermanson apresenta um processo no qual trabalhadores têxteis rebelados em Puebla, México, estavam esmagados por uma “aliança cruel” entre a estrutura política local, oficiais locais corruptos e os implacáveis proprietários do parque industrial terceirizado.^{lxxxix} A montagem de uma rede global de ONGs e de organizações trabalhistas, incluindo organizações sindicais na Coréia (país sede da empresa), ONGs trabalhistas mexicanas, estudantes das universidades norte-americanas e políticos norte-americanos ligados à AFL-CIO^{lxxx} foi capaz de virar o jogo. A montagem de tais redes ainda é mais uma exceção do que a regra,^{lxxx} mas esforços para transformar alianças transnacionais em um conjunto de instituições duráveis estão em processo.^{lxxxii} Se esses esforços forem bem sucedidos, um passo importante será dado na direção de séries de redes trabalhistas transnacionais que poderiam ser chamadas de “globalização contra-hegemônica.”

A análise de alianças global-local é dificultada pela tendência de usar “global” para se referir a redes ou organizações baseadas no Norte, ao passo que o “local” é situado no Sul,^{lxxxiii} desenhando o fantasma de que os movimentos sociais transnacionais reproduzam as mesmas assimetrias Norte-Sul do regime dominante (ainda que apenas na esfera da cultura e da ideologia). O perigo é real e aponta para a importância de expandir as alianças transnacionais Sul-Sul, assim como para a necessidade de uma reflexão crítica tanto por parte dos ativistas privilegiados do Norte quanto de seus aliados do Sul.

^{lxxxiii}

Avaliar as armadilhas das redes globais depende de estabelecer se as diferenças entre os interesses dos movimentos no Norte e os do Sul não irão se sobrepor aos interesses comuns criados pela globalização neoliberal. Em casos específicos, isso pode ocorrer. As condições econômicas, sociais e políticas largamente divergentes com que se deparam ativistas do Norte e do Sul geram diferenças de prioridades que não devem ser menosprezadas. Por exemplo, conservadores do Norte e

⁶ (N. do T.) AFL-CIO: American Federation of Labor (Federação Americana do Trabalho) e Congress of Industrial Organizations (Congresso das Organizações Industriais) é a grande central sindical americana. As duas, AFL e CIO se uniram em 1955, após muitos anos de conflitos e reúnem, hoje, 56 centrais sindicais dos Estados Unidos e do Canadá, representando em torno de 10 milhões de trabalhadores.

camponeses do Sul em busca de economias sustentáveis provavelmente terão definições conflitantes de responsabilidade ambiental.

Se as redes Norte-Sul serão ou não capazes de minar a habilidade de movimentos locais do Sul de perseguir seus objetivos “autênticos”, como sustenta Clifford Bob,^{lxxxiv} é algo que depende também da maleabilidade dos movimentos do Sul. É possível que ativistas locais do Sul, dispostos a arriscar a vida enfrentando perigosos adversários locais, cheguem a se retrair e dar as costas a seus próprios interesses em troca de uma concessão da Fundação Ford, mas isto é certamente questionável.^{lxxxv}

Um exemplo igualmente plausível pode ser dado pelo processo inverso de reformulação de agendas — em que inovações locais originadas no Sul tornaram-se as idéias norteadoras em redes globais. Este processo vai além de idealizar a teoria e as práticas de movimentos locais heróicos, como os Zapatistas^{lxxxvi}. Inovações locais no Sul são também modelos para a reconstrução da proteção social no Norte. Orçamentos participativos, assim como o Fórum Social Mundial, gestados por um ativismo político local e profundamente enraizado em Porto Alegre, criaram um modelo de “governo participativo” no Norte^{lxxxvii}. Em outra vertente, “comissões de verdade e reconciliação”, que circularam em uma variedade de experiências no Sul, tornaram-se um modelo transnacional para mediar conflitos antigos e enraizados. A suposição de que os fluxos entre global e local têm como efeito inevitável subverter as instâncias “locais” sediadas no Sul pelas instâncias “globais” localizadas no Norte, esconde algumas das dinâmicas mais interessantes da globalização contra-hegemônica.

Os debates sobre a melhor forma de combinar as lutas locais e globais continuam. A questão de como integrá-las com a contestação centrada nos aparelhos do estado-nação é mais complexa. Como já foi discutido, alguns autores, como Hardt e Negri, essencialmente abriram mão do estado-nação, por entender que nem mesmo os estados ricos são atores independentes, e que nenhum aparelho de estado deveria ser considerado como um aliado em potencial^{lxxxviii}. Outros, como Bello,^{lxxxix} continuam a considerar os estados poderosos do Norte como importantes ameaças, e os estados pobres do Sul como atores potencialmente progressistas. Enfatizar a contestação em múltiplos níveis produz uma outra visão sobre o papel real e potencial a ser desempenhado pelos estados como atores no regime global atual.

Estados são tanto inimigos quanto aliados dos movimentos progressistas. Enfrentar a capacidade de repressão interna dos estados, especialmente no Sul, tem sido uma das formas pelas quais os movimentos transnacionais têm podido apoiar estrategicamente ativistas locais. A interação simbiótica entre lutas locais por direitos humanos e iniciativas catalisadoras transnacionais (como por ex., a tentativa de processar Pinochet) são os exemplos mais óbvios.^{xc} Ao mesmo tempo, funcionários do estado podem ser aliados chave de movimentos sociais locais em suas lutas contra as elites econômicas globais, como no caso dos esforços nacionais para enfrentar o monopólio da Big Pharma, discutido por Klug.^{xcii} Ambos os casos indicam a necessidade de continuar a incluir os estados como atores em qualquer análise de uma globalização contra-hegemônica.

Como as visões das trajetórias neoliberais de inspiração westphaliana já sugeriram, é analiticamente insustentável ignorar o papel persistentemente poderoso dos aparelhos políticos (e militares) dos estados-nação. Infelizmente, é igualmente insustentável esperar que os aparelhos

políticos nacionais (tanto no Norte quanto no Sul) ajam de modo progressista se não houver pressão dos movimentos sociais tanto locais quanto transnacionais.

Para as elites políticas nacionais que justificam medidas conservadoras pelo fato de que “estão de mãos atadas” pelo regime global neoliberal, o suposto “eclipse do estado” é um presente político inestimável.^{xviii} As elites que comandam os aparelhos de estado, mesmo nos países mais pobres do Sul, freqüentemente se beneficiam materialmente do regime global neoliberal. Ao mesmo tempo, a incapacidade de explorar as diferenças de interesse entre os países pobres do Sul e os países ricos do Norte seria estrategicamente indesculpável.

A manutenção de, ao menos, um simulacro das normas internacionais westphalianas (cada estado, um voto) cria a possibilidade de alianças entre movimentos sociais transnacionais e os países menores e mais pobres. Tanto Seattle, em 1999, quanto Cancun, em 2003, ilustram isto. Se os países menores e mais pobres estarão disponíveis a tais alianças ou se tornarão, ao contrário, reprodutores das regras globais neoliberais, transpondo-as para o âmbito doméstico, depende do poder dos movimentos de oposição dentro destes países.

A contestação em múltiplos níveis pode criar “círculos virtuosos” de transformação. Se as relações simbióticas entre movimentos domésticos e transnacionais fortalecem os primeiros, intensificando seu poder nos processos políticos nacionais, esta simbiose também contribui para uma ação política mais progressista no âmbito global. Agentes estatais mais progressistas somam-se aos movimentos transnacionais como potenciais aliados nacionais no nível global, fortalecendo os movimentos transnacionais e sua habilidade para agir como aliados aos movimentos domésticos.

Sustentar um “círculo virtuoso” de contestação em múltiplos níveis, articulando interesses e estratégias de grupos particulares diversos, não é simplesmente um desafio organizacional. Depende também da construção de uma moldura ideológica que se sustente diante de múltiplos níveis de disputa ideológica: visões globais neoliberais, nacionalismos tradicionais e variantes locais de substitutos ideológicos regressivos de proteção social.

Capturando a imaginação coletiva

Para qualquer grupo que não disponha de recursos convencionais de poder, o sucesso organizacional depende do sucesso ideológico. Um imaginário que possa capturar os sonhos e desencadear as energias do cidadão comum é a condição *sine qua non* para construir um poder de oposição. A primeira tarefa da contra-hegemonia é propor uma visão do futuro que se conecte com a definição das próprias pessoas sobre a vida que querem viver.

Cada dimensão da falência do neoliberalismo oferece oportunidades para construir um argumento ideológico. Deslocar os riscos - dos indivíduos e das famílias vulneráveis para as instituições de larga escala capazes de suportar tais riscos - é um objetivo claro. Fornecer bens coletivos, com a responsabilidade ambiental no topo da lista, é outro componente óbvio de uma visão contra-hegemônica. Permitir o acesso a idéias atualmente monopolizadas e a outros recursos intangíveis que podem ser facilmente disponibilizados, habilitando as pessoas a extrair o máximo de

suas capacidades, é um terceiro. Governança democrática numa escala comparável ao atual âmbito global de produção e troca privadas talvez seja o mais convincente de todos.

A retórica neoliberal, ao entronizar a democracia como a única forma legítima de tomada de decisão política, cria uma oportunidade ideológica sem precedentes para os movimentos sociais globais. Em nível nacional, as regras e processos representacionais podem ser manipulados para reduzir a “democracia” a um conjunto de transições eleitorais inócuas. Em nível global, essa fachada fracassa. Ao tornar a necessidade de governo global mais evidente, a globalização neoliberal revela de modo mais óbvio sua inabilidade de construir instituições democráticas em âmbito global. Do constrangedor “déficit democrático” do FMI, às dificuldades de manipular o sistema “cada nação, um voto”, na Organização Mundial do Comércio (OMC); às ameaças gritantes à democracia doméstica por acordos comerciais tais como o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA)⁷, mal existe um simulacro de democracia para além da esfera do estado-nação.^{xciii} Entretanto, o neoliberalismo global não tem a opção de abandonar completamente o simulacro da democracia. As elites precisam proteger-se umas das outras, especialmente em escala global. Impor uma governança baseada em regras é a forma mais barata e mais confiável de fazê-lo. Procedimentos democráticos, mesmo se dificultam a recusa de reivindicações das não elites, (quer se trate de nações pobres ou de movimentos sociais) e aumentem a vulnerabilidade ideológica, são menos custosas do que a anarquia hobbesiana. Renunciar abertamente à democracia abriria uma caixa de Pandora cheia de potenciais conflitos para a elite. Reivindicações insistentes de democracia genuína em todos os níveis são uma carta de trunfo ideológica. Recentemente, a “abordagem da capacidade de ação” de Amartya Sen^{xciv} forneceu um novo percurso analítico ligando as demandas democráticas a questões de apropriação econômica e proteção social. Na visão de Sen, instituições de poder “densamente democráticas” construídas sobre o debate público, e a circulação de idéias, informação e opiniões, apresentam a única maneira de definir, com justiça, objetivos econômicos desejáveis. A democracia torna-se, portanto, uma parte essencial de qualquer programa econômico legítimo, tanto quanto o meio para se atender às aspirações políticas.

A captura da imaginação coletiva requer mais do que uma visão de “algo radicalmente melhor pelo qual valha a pena lutar”. Requer também uma justificativa plausível de que tal proposta é realizável. Será que o movimento dos movimentos pode apresentar um argumento sustentável à questão sobre como uma instância que concentra o poder econômico e o controle dos meios de violência – tal como a ordem neoliberal atual o faz – iria sucumbir a um conjunto de movimentos cujos recursos econômicos são comparativamente mínimos e cujo controle sobre os meios de violência é praticamente nulo?

O fundamento mais simples para uma resposta é o de que impérios sempre caíram e não há razão para imaginar que este seja diferente. A análise dos problemas da globalização neoliberal já discutidos aqui reforçam esse ponto. Sabemos também que, sem o consentimento, a coerção se torna insustentável. Se a organização vinda de baixo pode mudar a distribuição das crenças e produzir

⁷ (N. do T) NAFTA, a sigla em inglês para o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, que integra comercialmente, eliminando tributos de importação/exportação, os Estados Unidos, Canadá e México, foi assinado em 1994.

“cascatas normativas”^{xv} que abalem o consentimento, os meios de coerção também se tornarão inseguros.

A queda do sistema de dominação soviético, que surpreendeu até mesmo os analistas mais sofisticados, oferece uma boa demonstração desse princípio. O discurso padrão dos organizadores, segundo o qual se um número suficiente de oprimidos expressarem sua recusa em continuar, o *momentum* se torna inevitável, segue uma lógica bem próxima das análises acadêmicas das “cascatas normativas.” O “movimento dos movimentos” deveria ser capaz de se beneficiar desse caminho ideológico bem conhecido.

Derrubar um império não implica necessariamente a capacidade de construir uma arquitetura institucional alternativa e mais desejável, como ilustra o triste caso da Rússia pós-soviética. Apesar disso, se os movimentos contra-hegemônicos puderem provocar uma cascata de des-legitimação, conseguirem manter a diversidade e a democracia no processo de suas campanhas de oposição, e ganharem confiança no controle de instituições locais de governo, eles terão uma base de credibilidade para construir uma arquitetura institucional alternativa.

Há um outro tipo de ceticismo que deve ser superado. Este não se relaciona à possibilidade de uma arquitetura institucional alternativa, mas ao temor de que tais construções não serão “dignas de se lutar por elas”. Nessa visão, a “globalização contra-hegemônica” nada mais é do que um apêndice da globalização neoliberal, estendendo a duração da dominação capitalista por torná-la mais humana. Pode não haver uma resposta ideológica simples a essa crítica. Argumentos de pureza e incorruptibilidade dificilmente se sustentam sozinhos. A prática é a única resposta concreta. No entanto, se o movimento dos movimentos continuar a levar seus objetivos a sério, o resultado não será marginal.

Uma economia política democraticamente controlada, na qual os mercados estão inseridos na sociedade em vez de dominá-la é um objetivo radical. A maximização do controle político democrático e o estímulo ao desenvolvimento justo das capacidades humanas e da responsabilidade ambiental não são compatíveis com o capitalismo tal como o conhecemos, nem mesmo com uma versão do capitalismo que deseje mover-se na direção de um “liberalismo integrado à sociedade.” Se os movimentos por direitos humanos, assim como o trabalhista, o feminista, o ambientalista e outros movimentos sociais transnacionais chegassem um pouco mais perto de atingir seus fins em comum, teríamos um “outro mundo.”

CONCLUSÃO

Este leque de requisitos para a construção de uma globalização contra-hegemônica não é uma receita para um otimismo fácil. Organizar alianças entre global-local que não reproduzam as assimetrias de poder da ordem mundial atual, forjar agendas coletivas a partir da multiplicidade dos grupos de interesses, gerar um imaginário coletivo que possa ser visto pelos cidadãos comuns como “algo radicalmente melhor pelo qual valha a pena lutar” não é um projeto para aqueles que se assustam facilmente.

Dadas as complexidades de organizar uma globalização contra-hegemônica progressista, outras trajetórias menos emancipatórias para substituir o neoliberalismo podem parecer mais plausíveis. Mas calcular os riscos de fracasso não deve obscurecer a lógica do otimismo condicional. Nenhuma das complicações introduzidas anula as premissas básicas nas quais o otimismo neopolanyiano está baseado. Os futuros são múltiplos, e a multiplicidade cria oportunidades para organização. Todo sistema de dominação gera seu próprio conjunto característico de oportunidades de desafio e de transformação, e a globalização neoliberal não é exceção.

Existem múltiplas oportunidades a serem aproveitadas. Em termos estruturais, aproveitá-las significa usar as ferramentas criadas pela globalização genérica para transcender fronteiras, utilizando as interseções nas agendas para elaborar um amálgama democrático diversificado que combine “árvores” burocráticas e “rizomas” anarquicamente articulados, intensificando continuamente as forças obtidas em uma escala política (quer local, nacional ou global) para minar a dominação instaurada por estruturas de uma outra escala. Ideologicamente, a globalização neoliberal cria dois tipos de oportunidades. Por um lado, ela submete comunidades e famílias a riscos insuportáveis, recusando-lhes proteção social, e entroniza o valor normativo da democracia, enquanto é inteiramente incapaz e nem pretende implementar uma ordem democrática genuína, mais claramente ainda, no nível global.

Apresentados como abstrações, os pré-requisitos para aproveitar essas oportunidades parecem limitados, mas movimentos locais e transnacionais vêm construindo a experiência necessária para atingi-los. Atravessando fronteiras e níveis, conectando questões e grupos de interesse e gerando discursos inovadores para a transformação, eles estão desenvolvendo uma prática que responde aos desafios. A estrutura e a ideologia do “movimento dos movimentos realmente existente” está criando uma nova base para que se acredite em um projeto de transformação globalmente organizado, que maximize o controle político democrático e transforme o desenvolvimento igualitário das capacidades humanas e a responsabilidade ambiental nas mais urgentes prioridades.

ⁱ Steve Lerner, “Global Unions: A Solution to Labor’s Worldwide Decline,” *New Labor Forum* 16, no. 1 (2007): 23–37. Ver também, Steve Lerner, “Global Corporations, Global Unions,” *Contexts* 6, no. 3 (2007): 16–22.

ⁱⁱ Lerner, “Global Unions: A Solution to Labor’s Worldwide Decline,” 17.

ⁱⁱⁱ A literatura sobre movimentos sociais transnacionais que pode ser considerada como contribuindo para a globalização contra-hegemônica é bastante ampla. Exemplos principais incluem Kate Bronfenbrenner, *Global Unions: Challenging Transnational Capital through Cross-Border Campaigns* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2007); Christopher Chase-Dunn et al., “The Contours of Solidarity and Division among Global Movements,” *International Journal of Peace Studies* (A ser publicado); Donatella della Porta et al., *Globalization from Below: Transnational Activists and Protest Networks* (Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2006); William Fisher and Thomas Ponniah, eds., *Another World Is Possible: Popular Alternatives to Globalization at the World Social*

Forum (London: Zed, 2003); Margaret E. Keck and Kathryn Sikkink, *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998); Sanjeev Khagram et al., eds., *Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms* (Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2002); Tom Mertes, *A Movement of Movements: Is Another World Really Possible?* (London: Verso, 2004); Jackie Smith, *Social Movements for Global Democracy* (Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2008); Jackie Smith et al., eds., *Transnational Social Movements and Global Politics: Solidarity Beyond the State* (Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1997); e Sidney Tarrow, *The New Transnational Activism* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005). Minha própria contribuição a esta literatura, inclui, entre outros, Peter Evans, “Fighting Marginalization with Transnational Networks: Counter-Hegemonic Globalization,” *Contemporary Sociology* 29, no. 1 (2000): 230–41; Evans, “Development as Institutional Change: The Pitfalls of Monocropping and the Potentials of Deliberation,” *Studies in Comparative International Development* 38, no. 4 (2004): 30–52; e Evans, “Counterhegemonic Globalization: Transnational Social Movements in the Contemporary Global Political Economy,” in *Handbook of Political Sociology*, ed. T. Janoski, et al. (Cambridge: Cambridge University Press, 2005).

^{iv} Karl Polanyi, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time* (Boston: Beacon, 2001 [1944]).

^v Ibid. Para a discussão da abordagem de Polanyi, ver, entre outros Fred Block, “Karl Polanyi and the Writing of the *Great Transformation*,” *Theory and Society* 32, no. 3 (2003): 275–306; Fred Block and Margaret Somers, “Beyond the Economistic Fallacy: The Holistic Social Science of Karl Polanyi,” in *Vision and Method in Historical Sociology*, ed. T. Skocpol (Cambridge: Cambridge University Press, 1984); e Michael Burawoy, “For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi,” *Politics & Society* 31, no. 2 (2003): 193–261.

^{vi} Polanyi, *The Great Transformation*, 138.

^{vii} Ibid., 163. Num discurso que soa muito semelhante às diatribes contemporâneas contra o neoliberalismo, Polanyi sintetiza estas devastações como acarretando “a destruição da vida familiar, a destruição da solidariedade entre vizinhos, a destruição das florestas, a poluição dos rios... e a degradação geral da existência incluindo os ambientes domésticos e as artes, assim como inúmeras formas de vida pública e privada que não afetam os lucros”. Ver Polanyi, *The Great Transformation*, 139.

^{viii} John Ruggie, “International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order,” *International Organization* 36, no. 2 (1982): 379–415.

^{ix} John Ruggie, “At Home Abroad, Abroad at Home: International Stability in the New World Economy,” *Millennium: Journal of International Studies* 24, no. 3 (1994): 507–26.

^x Articulando esta posição de maneira clara: Thomas Friedman, *The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization* (New York: Anchor Books, 2000).

^{xi} A versão melhor elaborada de uma abordagem que começa por encarar as estruturas institucionais alternativas e depois faz a análise dos processos de transformação: Erik Olin Wright’s “Envisaging Real Utopians” Ver em <http://www.ssc.wisc.edu/~wright/ERU.htm>, e também Erik Olin Wright, “Compass Points: Towards a Socialist Alternative,” *New Left Review* 41 (2006): 93–124.

^{xii} Ver, por exemplo, George Ritzer, *The McDonaldization of Society* (Thousand Oaks, CA: Pine Forge, 2004); e Ritzer, *The Globalization of Nothing* (Thousand Oaks, CA: Pine Forge, 2007).

^{xiii} São exemplos Walden Bello, *Deglobalization: New Ideas for Running the World Economy* (London: Zed, 2002); Bello, “Globalization in Retreat: Capitalist Overstretch, Civil Society and the Crisis of the Globalist Project,” *Berkeley Journal of Sociology* 51 (2007): 209–20; Martin Khor, “Globalization and the South: Some Critical Issues”

(trabalho apresentado no UNCTAD “South Summit,” Havana, 2000); e Khor, “The WTO’s Doha Negotiations and Impasse: A Development Perspective,” *Third World Network* em : <http://www.twinside.org.sg/title2/par/The.WTOs.Doha.Negotiations.doc> (2006).

^{xiv} Por exemplo, Giovanni Arrighi et al., *Chaos and Governance in the Modern World System* (Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1999); Arrighi et al., “Industrial Convergence and the Persistence of the North-South Divide,” *Studies in Comparative International Development* 38, no. 1 (2003): 3–31; and David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (New York: Oxford University Press, 2005)

^{xv} John Gray, *False Dawn: The Delusions of Global Capitalism* (London: Granta, 1998).

^{xvi} George Soros, “The Capitalist Threat,” *Atlantic Monthly* 279 (1997): 2.

^{xvii} Allan Meltzer, *Report of the International Financial Institutions Advisory Commission* (Washington, DC: United States Congress, 2000); Dani Rodrik, *Has Globalization Gone Too Far?* (Washington, DC: Institute for International Economics, 1997); e Joseph E. Stiglitz, *Globalization and Its Discontents* (New York: W. W. Norton, 2002).

^{xviii} Ver Jacob S. Hacker, *The Great Risk Shift: The Assault on American Jobs, Families, Health Care, and Retirement—and How You Can Fight Back* (New York: Oxford University Press, 2006).

^{xix} Amy Chua, *World on Fire: How Exporting Free Market Democracy Breeds Ethnic Hatred and Global Instability* (New York: Doubleday, 2004).

^{xx} Polanyi, *The Great Transformation*, 3.

^{xxi} Fred Block, “Swimming against the Current: The Partial Construction of a U.S. Developmental State,” em *Politics & Society* Vol. 36 No. 2, June 2008, Sage Publications.

^{xxii} James Boyle, “The Second Enclosure Movement and the Construction of the Public Domain,” *Law and Contemporary Problems* 66, no. 1-2 (2003): 33–74.

^{xxiii} A idéia de que garantir um monopólio de longo prazo é a melhor forma de promover a inovação é difícil de se defender usando-se as teorias do “livre mercado”. Para uma discussão histórica interessante sobre as políticas necessárias para se impor esta idéia internacionalmente, ver Ha-Joon Chang, *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective* (London: Anthem Press, 2002). Argumentos correntes sobre os esquemas que apóiam os direitos monopolísticos como caminho para acelerar a inovação encontram apoio bem reduzido em análises de setores como o farmacêutico; ver Marcia Angell, *The Truth About the Drug Companies: How They*

Deceive Us and What to Do About It (New York: Random House, 2004). Por outro lado, argumentos a favor dos benefícios para o saber produtivo dos direitos de propriedade nao-excludentes, encontraram apoio entusiasmado nos estudos sobre a evolução do “open-source software”; ver Steven Weber, *The Success of Open Source* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004). Ver também Evans, “Development as Institutional Change.”

^{xxiv} Heinz Klug, “Law, Politics, and Access to Essential Medicines in Developing Countries,” *Politics & Society*, Vol. 36 No. 2, June 2008, Sage Publications.

^{xxv} McNeil sintetizou a evolução dos custos de tratamento de 2000 a 2007: “Terapia tripla custava US \$12,000 por ano, por paciente. Cipla Ltd., a fabricante Indiana dos medicamentos genéricos ainda não havia proposto o fornecimento destes medicamentos por US\$350, quando os preços afundaram; estão agora em US\$150.” (Donald McNeil, “A Time to Rethink Aids’s Grip,” *New York Times*, November 25, 2007, <http://www.nytimes.com/2007/11/25/weekinreview/25mcneil.html>).

^{xxvi} Friedman, *The Lexus and the Olive Tree*.

^{xxvii} Theda Skocpol, *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979).

^{xxviii} William Robinson, *A Theory of Global Capitalism: Production, Class, and State in a Transnational World* (Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2004); e Leslie Sklair, *The Transnational Capitalist Class* (Oxford, UK: Blackwell, 2001).

^{xxix} Ver Jan Kregel, “Yes, ‘It’ Did Happen Again—a Minsky Crisis Happened in Asia,” *Levy Economics Institute Working Paper* (1998).

^{xxx} A Al Qaeda e seus aliados tornaram-se o arquétipo empírico dos “movimentos regressivos por proteção social” na imaginação popular ; ver Rohan Gunaratna, *Inside Al Qaeda: Global Network of Terror* (New York: Columbia University Press, 2002). Mas há um amplo leque de exemplos contemporâneos; cf. Peter Waldmann, “Ethnic and

Sociorevolutionary Terrorism: A Comparison of Structures,” in *Social Movements and Violence: Participation in Underground Organisations*, ed. D. della Porta (Greenwich, CT: JAI Press, 1992). Para uma discussão útil dos “fundamentalismos” no Oriente Médio e nos Estados Unidos, ver também Manuel Castells, *The Power of Identity*, Second ed. (Malden, MA: Blackwell, 2004).

^{xxxi} Ver, abaixo, a discussão sobre a “contestação em múltiplos níveis”.

^{xxxii} Ver Robert Keohane, *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984); e Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (New York: McGraw-Hill, 1979).

^{xxxiii} Para uma antítese radical a esta posição, ver Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000). Para eles, a nação-estado tornou-se algo decisivamente anacrônico.

^{xxxiv} Bello, “Globalization in Retreat,” 209.

^{xxxv} Bello, *Deglobalization*.

^{xxxvi} Ver Robinson, *A Theory of Global Capitalism*; Leslie Sklair, *Sociology of the Global System* (Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1995); Sklair, *The Transnational Capitalist Class*; and Sklair, *Globalization: Capitalism and Its Alternatives* (New York: Oxford University Press, 2002). A idéia de uma classe capitalista transnacional, politicamente hegemônica e globalmente integrada, se opõe a toda a gama de análises que colocam o estado numa posição central. Se estas análises tendem a ignorar o grau em que os interesses econômicos privados estão organizados para transcender as fronteiras nacionais, a perspectiva da “classe capitalista transnacional” subestima a importância continuada das políticas nacionais tanto como vetor ideológico quanto como veículo de interesses particulares.

^{xxxvii} Transpor esta visão do Norte e assumir que as políticas neoliberais no Norte são resultantes em primeiro lugar das restrições impostas pelas instituições de governança global ainda é uma posição mais difícil de defender, ao menos, no caso de potências como os Estados Unidos. Para caricaturar, mesmo que ligeiramente, as corporações norte-americanas escrevem as regras, que são em seguida impostas pelo governo dos Estados Unidos às instituições globais, e em seguida, os resultados negativos do neoliberalismo sobre o bem-estar coletivo dentro dos Estados Unidos, são convenientemente denunciados como provenientes deste “poder” global.

^{xxxviii} Mesmo quando aparelhos de Estado conseguem uma “autonomia relativa” excepcional, como no caso atual da Venezuela de Chavez, sustentado sobre a riqueza nacional com o petróleo, os estados-nação individuais só serão instrumentos efetivos na promoção da globalização contra-hegemônica se estiverem conectados eficientemente a estratégias transnacionais mais amplas (conforme Chavez, ele mesmo, parece reconhecer).

^{xxxix} Ver Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times* (London: Verso, 1994); e Arrighi et al., *Chaos and Governance in the Modern World System*. O maior perigo nesta perspectiva é que a resistência dos Estados Unidos à perda das sua hegemonia leve-o a uma confrontação militar catastrófica.

^{xl} Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*.

^{xli} Pode-se imaginar a China tentando tomar o monopólio atual das corporações do Norte sobre os ativos intangíveis globais, mas é mais possível esperar a continuação dos esforços recentes de construção de alianças estratégicas entre o capital chinês e as corporações transnacionais dominantes.

^{xlii} Giovanni Arrighi, *Adam Smith in Beijing: The Lineages of the 21st Century* (London: Verso, 2007), 369.

^{xliii} Na terminologia de Castell são “movimentos reativos” que buscam uma reconstrução defensiva, mais que “movimentos proativos” com um projeto de transformação visando a construção de um novo sistema de relações sociais. (Castells, *The Power of Identity*, 2.)

^{xliv} Polanyi, *The Great Transformation*, 160.

^{xlv} Um bom exemplo é a análise dos movimentos latino-americanos constituídos em torno das identidades indígenas, em Deborah J. Yashar, *Contesting Citizenship in Latin America: The Rise of Indigenous Movements and the*

Postliberal Challenge (Cambridge: Cambridge University Press, 2005). Ver também Boaventura de Sousa Santos, “The World Social Forum and the Future of the Global Left,” *Politics & Society*, Vol. 36 No. 2, June 2008. Sage Publications .

^{xlvi} Polanyi foi um crítico agudo dos efeitos socialmente destrutivos da regra colonial, mas não vislumbrou a possibilidade de que movimentos de proteção social baseados em países desenvolvidos pudessem eventualmente unir forças com os movimentos de luta contra a dominação colonial.

^{xlvii} Isso não significa que a visão de Polanyi não possa ser integrada a uma visão marxista. Alguns autores fizeram boas contribuições combinando os referenciais teóricos de Polanyi e Gramsci. — como Vicki Birchfield, “Contesting the Hegemony of Market Ideology: Gramsci’s ‘Good Sense’ and Polanyi’s ‘Double Movement,’” *Review of International Political Economy* 6, no. 1 (1999): 27–54; e Burawoy, “For a Sociological Marxism.”

^{xlviii} Santos, “The World Social Forum and the Future of the Global Left,” nota 5.

^{xlix} Cf. Charles Tilly, “Globalization Threatens Labor’s Rights,” *International Labor and Working Class History* 47 (1995): 1–23.

¹ É importante sublinhar que organização local não é apenas um auxiliar à organização global, e isso se aplica tanto a movimentos quanto a governos. Algumas questões são mais compatíveis com a esfera global, ao passo que outras reivindicações são mais bem encaminhadas na esfera local ou regional.

^{li} Tilly, “Globalization Threatens Labor’s Rights.”

^{lii} Cf. Keck and Sikkink, *Activists Beyond Borders*; and Stephen Ropp et al., eds., *The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999). Para uma visão crítica da globalização do movimento por direitos humanos, ver David Kennedy, *The Dark Sides of Virtue: Reassessing International Humanitarianism* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004).

^{liii} Ver Peter Newell, *Climate for Change: Non-State Actors and the Global Politics of the Greenhouse* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000); Simone Pulver, “Making Sense of Corporate Environmentalism: An Environmental Contestation Approach to Analyzing the Causes and Consequences of the Climate Change Policy Split in the Oil Industry,” *Organization & Environment* 20, no. 1 (2007): 44–83; e Paul Wapner, “Politics Beyond the State: Environmental Activism and World Civil Politics,” *World Politics* 47, no. 3 (1995): 311–40.

^{liiv} Saturnino Borrás, *La Via Campesina: An Evolving Transnational Social Movement* (Amsterdam, Netherlands: Transnational Institute, 2004); e José Bové, “A Farmers’ International?” *New Left Review* 12 (2001): 89–101.

^{liiv} Castells, *The Power of Identity*.

^{livi} Ver também Markus Schulz, “Collective Action across Borders: Opportunity Structures, Network Capacities, and Communicative Praxis in the Age of Advanced Globalization,” *Sociological Perspectives* 41, no. 3 (1998): 587–616.

^{liivii} Cf. Mark Anner and Peter Evans, “Building Bridges across a Double Divide: Alliances between U.S. and Latin American Labour and NGOs,” *Development in Practice* 14, no. 1-2 (2004): 34–47.

^{liiviii} Por exemplo, Mark Herkenrath, em “Social Movements and the Challenges of Transnational Coalition-Building: A Case Study on the Hemispheric Social Alliance and the Pan-American Campaign against the Ftaa” (trabalho apresentado no 16th World Congress of the International Sociological Association, Durban, South Africa, 2006); e Tamara Kay, “Labor Transnationalism and Global Governance: The Impact of NAFTA on Transnational Labor Relationships in North America,” *American Journal of Sociology* 111, no. 3 (2005): 715–56.

^{liix} della Porta et al., *Globalization from Below*, 241.

^{lix} Chandra Talpade Mohanty, *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity* (Durham, NC: Duke University Press, 2003), 226.

^{lixi} Para uma análise dos limites dessa fusão particular, cf. Gay Seidman, *Beyond the Boycott: Labor Rights, Human Rights, and Transnational Activism* (New York: Russell Sage Foundation, 2007).

^{liiii} Cf. Keck and Sikkink, *Activists Beyond Borders*; e Sally Engle Merry, *Human Rights and Gender Violence: Translating International Law into Local Justice* (Chicago, IL: University of Chicago Press, 2005); e Merry, “Transnational Human Rights and Local Activism: Mapping the Middle,” *American Anthropologist* 108, no. 1 (2006): 38–51.

^{liiii} Cf. Oscar Olivera, *Cochabamba: Water War in Bolivia* (Boston: South End Press, 2004).

^{lxiv} Clawson, dentre outros, analisa um caso análogo na “fusão” do movimento trabalhista com os movimentos comunitários de base nos Estados Unidos; cf. Dan Clawson, *The Next Upsurge: Labor and the New Social Movements* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2003).

^{lxv} Cf. Brian Obach, *Labor and the Environmental Movement: The Quest for Common Ground* (Cambridge, MA: MIT Press, 2004). Para uma descrição da aliança atual entre trabalhadores do aço e o Sierra Club, veja também <http://www.bluegreenalliance.org/> e David Foster, “Steel Magnolias: Labor Allies with the Environmental Movement,” *New Labor Forum* 16, no. 1 (2007): 59–67.

^{lxvi} Dentre os muitos esforços para capturar a diversidade do Fórum Social Mundial, uma das melhores coletâneas é Fisher and Ponniah, eds., *Another World Is Possible*.

^{lxvii} Santos, “The World Social Forum and the Future of the Global Left.”

^{lxviii} Hardt and Negri, *Empire*.

^{lxix} Michael Hardt, “Porto Alegre: Today’s Bandung?” *New Left Review* 14 (2002): 112–18.

^{lxx} Castells, *The Power of Identity*.

^{lxxi} Hardt and Negri, *Empire*, 299.

^{lxxii} Gilles Deleuze and Felix Guattari, *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987). Não é fácil destrinchar Deleuze e Guattari, mas a referência a plantas que se espalham lançando brotos e raízes em redes de ramos subterrâneos é uma descrição adequada do modo como muitos ativistas acreditam que os movimentos transnacionais devam ser organizados.

^{lxxiii} Sobre a ascensão de “redes inter-governamentais” como uma resposta para a fragilidade do governo neoliberal em escala global, cf. Anne-Marie Slaughter, *A New World Order* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005).

^{lxxiv} Tarrow, *The New Transnational Activism*, 46–47.

^{lxxv} Este é o objetivo do “modelo bumerangue” do ativismo transnacional (Keck and Sikkink, *Activists Beyond Borders*), ou da “externalização” na terminologia de Tarrow, *The New Transnational Activism*, 146.

^{lxxvi} Cf. Keck and Sikkink, *Activists Beyond Borders*.

^{lxxvii} Cf. Merry, “Transnational Human Rights and Local Activism.”

^{lxxviii} Cf. Belén Balanyá et al., eds., *Reclaiming Public Water: Achievements, Struggles, and Visions from around the World* (Amsterdam, Netherlands: Transnational Institute and Corporate Europe Observatory, 2005); David Hall e Emanuele Lobina, “Private and Public Interests in Water and Energy,” *Natural Resources Forum* 28, no. 4 (2004): 268–77; e Olivera, *Cochabamba*.

^{lxxix} Jeff Hermanson, “Global Corporations, Global Campaigns: The Struggle for Justice at Kukdong International in Mexico” (Washington, DC: American Center for Labor Solidarity, 2004).

^{lxxx} Para discussões mais amplas das campanhas trabalhistas transnacionais, cf. Anner and Evans, “Building Bridges across a Double Divide”; César Rodríguez-Garavito, “Global Governance and Labor Rights: Codes of Conduct and Anti-Sweatshop Struggles in Global Apparel Factories in Mexico and Guatemala,” *Politics & Society* 33, no. 2 (2005): 203–333; e Heather Williams, “Mobile Capital and Transborder Labor Rights Mobilization,” *Politics & Society* 27, no. 1 (1999): 139–66.

^{lxxxi} Um dos mais interessantes desses esforços de institucionalização é o “designated suppliers program”, promovido atualmente pelo Worker’s Rights Consortium.

Cf. <http://www.workersrights.org/dsp.asp>.

^{lxxxii} Evidentemente, também há casos em que a militância local no Norte foi beneficiária dos esforços aplicados pelas redes globais no Sul. Por exemplo, no recente *lockout* no parque industrial Whitby Gerdau Ameristeel em Beaumont, no Texas, a montagem de uma rede coordenando a pressão dos trabalhadores do aço brasileiros contra a companhia foi um elemento crucial na campanha.

Cf. <http://www.usw.ca/program/content/3030.php>.

^{lxxxiii} Ter em mente a advertência de Santos “não ha justiça social global sem justiça cognitiva global” é um importante elemento dessa vigilância.

^{lxxxiv} Clifford Bob, *The Marketing of Rebellion: Insurgents, Media, and International Activism* (New York: Cambridge University Press, 2005).

^{lxxxv} A posição de Bob em *The Marketing of Rebellion* sobre as conseqüências nefastas das alianças internacionais dos Zapatistas’ é um lado do debate. Para um contraponto relativamente pouco crítico do mesmo caso, cf. Thomas Olesen, “Globalising the Zapatistas: From Third World Solidarity to Global Solidarity?” *Third World Quarterly* 25, no. 1 (2004): 255–67. E para uma análise empírica bem balanceada das tensões geradas por

alianças Norte-Sul no movimento feminista, cf. Millie Thayer, “Negotiating the Global: Rural Brazilian Women and Transnational Feminisms,” in *Rethinking Feminisms in the Americas*, ed. D. Castillo (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2000); Thayer, “Traveling Feminisms: From Embodied Women to Gendered Citizenship,” in *Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Postmodern World*, ed. M. Burawoy (Berkeley, CA: University of California Press, 2000); and Thayer, “Transnational Feminism: Reading Joan Scott in the Brazilian *Sertão*,” *Ethnography* 2, no. 2 (2001): 243–71.

^{lxxxvi} Exemplos do papel icônico dos Zapatistas para certas correntes de ativistas na Europa, ver della Porta et al., *Globalization from Below*, 41, 53.

^{lxxxvii} Ver <http://www.participatorybudgeting.org/>; ver também Archon Fung e Erik Olin Wright, eds., *Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance* (London: Verso, 2003).

^{lxxxviii} Partindo da premissa de que a soberania nacional é o presente envenenado para as ex-colônias do Sul Global, Hardt e Negri sugerem que tentar usar o estado-nação como uma arma contra o neoliberalismo é politicamente contraproducente; Hardt e Negri, *Empire*, 132. Cf. também Partha Chatterjee, *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse* (London: Zed, 1986); Hardt, “Porto Alegre”; e Mertes, *A Movement of Movements*.

^{lxxxix} Bello, “Globalization in Retreat.”

^{xc} O recente trabalho de Sikkink sobre direitos humanos na América Latina sustenta esse argumento com grande lucidez; Kathryn Sikkink, *From State Responsibility to Individual Criminal Accountability: A New Regulatory Model for Core Human Rights Violations* (Oxford, UK: Global Governance Project, University College, Oxford University, 2007).

^{xci} Klug, “Law, Politics, and Access to Essential Medicines in Developing Countries.”

^{xcii} Cf. Peter Evans, “The Eclipse of the State?: Reflections on Stateness in an Era of Globalization,” *World Politics* 50, no. 1 (1997): 62–87.

^{xciii} O sistema das Nações Unidas (NU) é a exceção que confirma a regra. Para uma discussão do potencial contraditório do sistema NU como um foco para as demandas democráticas dos movimentos sociais globais, ver Smith, *Social Movements for Global Democracy*.

^{xciv} Amartya Sen, *Development as Freedom* (New York: Anchor Books, 1999).

^{xcv} Sobre este conceito, ver Timur Kuran, “Sparks and Prairie Fires: A Theory of Unanticipated Political Revolution,” *Public Choice* 61, no. 1 (1989): 41–74; e Timur Kuran and Cass Sunstein, “Availability Cascades and Risk Regulation,” *Stanford Law Review* 51 (1999): 683–768. Cf. também Martha Finnemore e Kathryn Sikkink, “International Norm Dynamics and Political Change,” *International Organization* 52, no. 4 (1998): 897–917.

** Peter Evans (pevans@berkeley.edu) ensina sociologia e é Marjorie Meyer Eliaser Professor of International Studies na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Sua área de pesquisa trata principalmente da economia política comparativa do desenvolvimento nacional, particularmente o papel do Estado na industrialização; e, no momento, tem seu foco sobre a “globalização contra-hegemônica”.